

volume

**1**

**11<sup>a</sup> edição**  
revista, atualizada e ampliada

**2021**

**Cassio SCARPINELLA Bueno**

**Curso  
Sistematizado  
de Direito  
Processual Civil**

**Teoria Geral do Direito Processual Civil  
Parte Geral do Código de Processo Civil**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ELABORADO POR VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-4/8410



**saraiva**  
EDUCAÇÃO

**saraiva**

Av. Paulista, 901, 3<sup>a</sup> andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

**SAC**

[sac.sets@somoseducacao.com.br](mailto:sac.sets@somoseducacao.com.br)

<b>Direção executiva</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Direção editorial</b>	Renata Pascual Müller
<b>Gerência de projetos e produção editorial</b>	Fernando Penteado
<b>Planejamento</b>	Josiane de Araújo Rodrigues
<b>Novos projetos</b>	Sérgio Lopes de Carvalho Dalila Costa de Oliveira
<b>Edição</b>	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Daniel Pavani Naveira
<b>Produção editorial</b>	Danielle Debora de Souza (coord.) Daniela Nogueira Secundo
<b>Arte e digital</b>	Mônica Landi (coord.) Camilla Félix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
<b>Projetos e serviços editoriais</b>	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraíso Buldriani Filógenio Marília Cordeiro Nicoly Wasconcelos Razuk
<b>Diagramação</b>	SBNigri Artes e Textos Ltda.
<b>Revisão</b>	Carmem Becker
<b>Capa</b>	Danilo Zanotti / Aero Comunicação
<b>Produção gráfica</b>	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	Gráfica Paym

B928c Bueno, Cassio Scarpinella

Curso sistematizado de direito processual civil – volume 1:  
teoria geral do direito processual civil – parte geral do Código de  
Processo Civil / Cassio Scarpinella Bueno. – 11. ed. – São Paulo,  
SP : Saraiva Educação, 2021.  
816 p.

ISBN: 978-65-5559-571-0  
ISBN: 978-85-538-0766-2 (Obra completa)

1. Direito. 2. Direito civil. 3. Direito Processual Civil. I. Título.  
II. Série.

2021-56

CDD 347  
CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

- |                  |     |
|------------------|-----|
| 1. Direito civil | 347 |
| 2. Direito civil | 347 |

Data de fechamento da edição: 4-1-2021

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL [ 808853 ] CAE [ 754530 ]

# Sumário

<i>Nota introdutória às novas edições após o CPC de 2015</i> .....	25
<i>Nota às edições 2021 do Curso sistematizado de direito processual civil</i> .....	31
<i>Nota prévia às edições de 2020 do Curso sistematizado</i> .....	35
<i>Abreviaturas</i> .....	37

## Parte I

### Teoria Geral do Direito Processual Civil

#### **Capítulo 1**

<b>Objeto e desdobramentos do direito processual civil.....</b>	<b>45</b>
<b>1. Primeiras noções .....</b>	<b>45</b>
<b>2. Objeto do direito processual civil .....</b>	<b>53</b>
<b>3. Meios não jurisdicionais de solução de conflitos.....</b>	<b>54</b>
<b>3.1. Conciliação .....</b>	<b>56</b>
<b>3.2. Mediação.....</b>	<b>57</b>
<b>3.3. Arbitragem .....</b>	<b>58</b>
<b>3.4. Juizados Especiais .....</b>	<b>59</b>
<b>4. As chamadas jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária .....</b>	<b>60</b>
<b>5. Notícia histórica do direito processual civil positivado no Brasil.....</b>	<b>63</b>
<b>5.1. Uma primeira aproximação do CPC .....</b>	<b>67</b>
<b>6. As subdivisões do direito processual civil .....</b>	<b>70</b>
<b>6.1. Direito processual coletivo.....</b>	<b>72</b>
<b>6.2. Direito processual público .....</b>	<b>74</b>
<b>6.2.1. Direito processual tributário .....</b>	<b>78</b>
<b>6.2.2. Direito processual constitucional .....</b>	<b>79</b>
<b>6.3. Direito processual do consumidor .....</b>	<b>79</b>
<b>6.4. Direito processual societário.....</b>	<b>80</b>

<b>6.5.</b> Direito processual transnacional.....	81
<b>6.6.</b> Direito processual convencional .....	83

## Capítulo 2

<b>Bases para um pensamento contemporâneo do direito processual civil ...</b>	85
<b>1.</b> Notícia histórica do estudo científico do direito processual civil.....	85
<b>2.</b> Elementos para compreensão da fase contemporânea do estudo científico do direito processual civil.....	89
<b>2.1.</b> A necessária aproximação entre direito processual e direito material.....	94
<b>2.2.</b> As ondas de acesso à justiça.....	95
<b>2.3.</b> A instrumentalidade do processo.....	98
<b>2.4.</b> Os direitos fundamentais e o direito processual civil .....	100
<b>2.5.</b> Síntese conclusiva parcial .....	103
<b>2.6.</b> A interpretação do direito e a atividade jurisdicional .....	106
<b>2.6.1.</b> A crise do legalismo .....	106
<b>2.6.2.</b> A indispensabilidade da interpretação do direito .....	109
<b>2.6.3.</b> A norma jurídica e sua concretização.....	110
<b>2.6.4.</b> A chamada constitucionalização do direito .....	112
<b>2.6.5.</b> O papel do direito jurisprudencial.....	114
<b>2.6.6.</b> O papel do magistrado na ordem jurídica atual .....	117
<b>2.7.</b> O neoconcretismo: um primeiro aceno.....	119

## Capítulo 3

<b>O modelo constitucional do direito processual civil.....</b>	121
<b>1.</b> Considerações iniciais.....	121
<b>2.</b> Os princípios constitucionais do direito processual civil.....	127
<b>2.1.</b> Princípios jurídicos: breves ilações .....	129
<b>2.1.1.</b> O chamado princípio da proporcionalidade.....	133
<b>2.2.</b> Acesso à justiça .....	135
<b>2.3.</b> Devido processo constitucional .....	138
<b>2.4.</b> Contraditório (cooperação) .....	140
<b>2.5.</b> Ampla defesa.....	144
<b>2.6.</b> Juiz natural.....	146
<b>2.7.</b> Imparcialidade .....	148

<b>2.8.</b> Duplo grau de jurisdição .....	149
<b>2.9.</b> Colegialidade nos Tribunais .....	151
<b>2.10.</b> Reserva de plenário para declarar a constitucionalidade de lei ou ato normativo.....	152
<b>2.11.</b> Isonomia .....	154
<b>2.12.</b> Publicidade .....	155
<b>2.13.</b> Motivação.....	157
<b>2.14.</b> Vedação das provas ilícitas ou obtidas por meios ilícitos .....	158
<b>2.15.</b> Assistência jurídica integral e gratuita .....	161
<b>2.16.</b> Eficiência processual .....	163
<b>2.17.</b> Efetividade do direito pelo e no processo .....	166
<b>2.18.</b> Princípios-síntese .....	168
<b>3.</b> Organização judiciária na Constituição Federal .....	168
<b>3.1.</b> Composição dos Tribunais .....	169
<b>3.2.</b> Organização dos Tribunais .....	170
<b>3.3.</b> Regimentos internos dos Tribunais .....	173
<b>3.4.</b> Supremo Tribunal Federal .....	174
<b>3.5.</b> Superior Tribunal de Justiça .....	179
<b>3.5.1.</b> Conselho da Justiça Federal e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados .....	181
<b>3.6.</b> Conselho Nacional de Justiça .....	183
<b>3.7.</b> Justiça Federal .....	190
<b>3.7.1.</b> Tribunais Regionais Federais.....	190
<b>3.7.2.</b> Juízes federais .....	193
<b>3.8.</b> Tribunais de Justiça e juízes dos Estados e do Distrito Federal .....	195
<b>4.</b> Funções essenciais à Justiça .....	196
<b>4.1.</b> Magistratura .....	198
<b>4.1.1.</b> O magistrado .....	199
<b>4.2.</b> Ministério Público .....	204
<b>4.2.1.</b> Ministério Público como parte .....	210
<b>4.2.2.</b> Ministério Público como fiscal da ordem jurídica .....	211
<b>4.2.3.</b> Integrantes do Ministério Público .....	212
<b>4.2.4.</b> Conselho Nacional do Ministério Público .....	215

<b>4.3.</b> Advocacia e advogado .....	217
<b>4.3.1.</b> Advocacia pública.....	221
<b>4.3.2.</b> Ordem dos Advogados do Brasil.....	223
<b>4.3.3.</b> Honorários de advogado.....	226
<b>4.4.</b> Defensoria Pública.....	227
<b>4.4.1.</b> Defensoria Pública como <i>custos vulnerabilis</i> .....	232
<b>4.4.2.</b> Defensor público .....	234
<b>5.</b> Procedimentos jurisdicionais constitucionalmente diferenciados.....	239
<b>5.1.</b> Tutela jurisdicional das liberdades públicas das diversas gerações.....	240
<b>5.2.</b> Controle de constitucionalidade .....	243
<b>5.3.</b> Súmulas vinculantes do STF .....	247
<b>5.4.</b> Cumprimento de sentença e execução contra a Fazenda Pública .....	250
<b>5.5.</b> Controle de específicas competências reconhecidas pela Constituição Federal .....	252
<b>6.</b> Normas de concretização do direito processual civil.....	254
<b>6.1.</b> Notas de (devido) processo legislativo.....	255
<b>6.2.</b> Processo e procedimento .....	259
<b>6.3.</b> Regimentos internos dos Tribunais.....	264
<b>6.4.</b> Proposta.....	265

## Capítulo 4

<b>Institutos fundamentais do direito processual civil.....</b>	267
<b>1.</b> Considerações iniciais .....	267
<b>2.</b> Jurisdição.....	268
<b>2.1.</b> Funções típicas e atípicas da atuação do Estado.....	270
<b>2.2.</b> Características .....	271
<b>2.2.1.</b> Substitutividade.....	272
<b>2.2.2.</b> Imperatividade .....	272
<b>2.2.3.</b> Imutabilidade .....	273
<b>2.2.4.</b> Inafastabilidade .....	273
<b>2.2.5.</b> Indelegabilidade .....	274
<b>2.2.6.</b> Inércia .....	275
<b>2.3.</b> Espécies .....	276

<b>2.3.1.</b> Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	277
<b>2.3.2.</b> Jurisdição comum e jurisdição especial.....	278
<b>2.3.3.</b> Jurisdição civil e jurisdição penal.....	279
<b>2.3.4.</b> Jurisdição contenciosa e jurisdição contenciosa administrativa .....	280
<b>2.3.5.</b> Jurisdição inferior e jurisdição superior .....	281
<b>2.3.6.</b> Jurisdição de direito e jurisdição de equidade .....	282
<b>2.3.7.</b> Jurisdição interna e jurisdição externa .....	283
<b>2.4.</b> Competência: primeiras considerações .....	284
<b>3.</b> Ação.....	285
<b>3.1.</b> As chamadas ações de conhecimento e de execução: apreciação crítica .....	293
<b>3.2.</b> O mínimo indispensável para o exercício do direito de ação.....	298
<b>3.2.1.</b> Legitimidade.....	305
<b>3.2.2.</b> Interesse .....	309
<b>3.2.3.</b> Dinâmica .....	312
<b>3.3.</b> Os chamados “elementos da ação” .....	315
<b>3.4.</b> Nota sobre a chamada “cumulação de ações” .....	318
<b>4.</b> Processo .....	318
<b>4.1.</b> Os chamados “processos de conhecimento” e “de execução”: análise crítica .....	327
<b>4.2.</b> Procedimento .....	331
<b>4.2.1.</b> Procedimento comum e procedimentos especiais .....	332
<b>4.3.</b> Pressupostos processuais.....	337
<b>4.3.1.</b> Pressupostos de existência do processo.....	339
<b>4.3.1.1.</b> Provocação inicial.....	339
<b>4.3.1.2.</b> Jurisdição .....	340
<b>4.3.1.3.</b> Citação .....	340
<b>4.3.2.</b> Pressupostos processuais de validade do processo .....	343
<b>4.3.2.1.</b> Aptidão da provocação inicial.....	343
<b>4.3.2.2.</b> Competência absoluta do juízo.....	343
<b>4.3.2.3.</b> Imparcialidade do magistrado.....	344
<b>4.3.2.4.</b> Legitimidade processual: capacidade de ser parte e capacidade de estar em juízo .....	345
<b>4.3.2.5.</b> Capacidade postulatória .....	349

<b>4.3.2.6.</b> Citação válida .....	350
<b>4.3.3.</b> Pressupostos negativos .....	350
<b>4.3.3.1.</b> Litispendência .....	351
<b>4.3.3.2.</b> Coisa julgada .....	351
<b>4.3.3.3.</b> Perempção .....	352
<b>4.3.3.4.</b> Convenção de arbitragem e reconhecimento da competência do tribunal arbitral .....	353
<b>4.3.3.5.</b> Falta de caução ou outra prestação exigida pela lei .....	354
<b>4.4</b> Dinâmica dos pressupostos processuais .....	355
<b>4.4.1.</b> Análise dos pressupostos processuais pelo juízo de primeiro grau de jurisdição .....	355
<b>4.4.2</b> Análise dos pressupostos processuais em sede recursal .....	356
<b>4.5.</b> Proferimento de decisão de mérito e pressupostos processuais .....	358
<b>4.6.</b> “Extinção” do processo e pressupostos processuais .....	359
<b>5.</b> Defesa .....	360
<b>5.1.</b> Mínimo indispensável ao exercício do direito de defesa .....	362
<b>5.2.</b> Comportamentos do réu .....	363
<b>5.2.1.</b> Contestação .....	364
<b>5.2.2.</b> Exceções e objeções .....	366
<b>5.3.</b> Exercício do direito de ação pelo réu .....	369
<b>Capítulo 5</b>	
<b>Neoconcretismo e tutela jurisdicional .....</b>	<b>373</b>
<b>1.</b> Considerações iniciais .....	373
<b>2.</b> O neoconcretismo .....	375
<b>3.</b> Tutela jurisdicional .....	379
<b>3.1.</b> Tutela (material) de direitos e tutela (jurisdicional) de direitos .....	380
<b>4.</b> Classificações da tutela jurisdicional .....	383
<b>4.1.</b> Tutela jurisdicional classificada pela perspectiva do dano: tutela preventiva e tutela repressiva .....	384
<b>4.1.1.</b> Uma palavra adicional sobre a tutela jurisdicional preventiva .....	385
<b>4.2.</b> Tutela jurisdicional classificada pelo momento de sua prestação: tutela antecipada e tutela ulterior .....	387

<b>4.3.</b> Tutela jurisdicional classificada pela necessidade de sua confirmação: tutela provisória e tutela definitiva.....	389
<b>4.4.</b> Tutela jurisdicional classificada em função de suas relações com o direito material: tutela satisfativa e tutela conservativa.....	390
<b>4.5.</b> Tutela jurisdicional classificada pela eficácia: não executiva e executiva.....	390
<b>5.</b> Cognição judicial .....	399

## Parte II

### Parte Geral do Código de Processo Civil

#### **Capítulo 1**

<b>Normas processuais civis.....</b>	405
<b>1.</b> Considerações iniciais .....	405
<b>2.</b> Normas fundamentais do processo civil .....	405
<b>2.1.</b> Ainda o modelo constitucional do direito processual civil .....	407
<b>2.2.</b> O princípio da inércia da jurisdição.....	409
<b>2.3.</b> Acesso à justiça e meios alternativos de solução de conflitos.....	410
<b>2.4.</b> Princípio da eficiência processual .....	412
<b>2.5.</b> Boa-fé.....	413
<b>2.6.</b> Cooperação .....	415
<b>2.7.</b> Princípio da isonomia.....	418
<b>2.8.</b> Hermenêutica do direito processual civil .....	419
<b>2.9.</b> Princípio do contraditório .....	420
<b>2.10.</b> Ainda o contraditório: vedação das decisões-surpresa.....	422
<b>2.11.</b> Princípios da publicidade e da fundamentação .....	424
<b>2.12.</b> Ordem cronológica de conclusão.....	425
<b>3.</b> Aplicação das normas processuais .....	429
<b>4.</b> Aplicação supletiva e subsidiária do CPC .....	435

#### **Capítulo 2**

<b>Função jurisdicional .....</b>	437
<b>1.</b> Considerações iniciais .....	437

<b>2.</b>	<b>Jurisdição.....</b>	<b>437</b>
<b>3.</b>	<b>Ação.....</b>	<b>439</b>
<b>3.1.</b>	<b>Especificamente o interesse de agir.....</b>	<b>444</b>
<b>3.2.</b>	<b>Legitimação extraordinária .....</b>	<b>446</b>
<b>4.</b>	<b>Limites da jurisdição nacional .....</b>	<b>448</b>
<b>5.</b>	<b>Cooperação internacional.....</b>	<b>451</b>
<b>5.1.</b>	<b>Disposições gerais .....</b>	<b>451</b>
<b>5.2.</b>	<b>Auxílio direto.....</b>	<b>452</b>
<b>5.3.</b>	<b>Carta rogatória .....</b>	<b>454</b>
<b>5.4.</b>	<b>Disposições comuns.....</b>	<b>455</b>
<b>6.</b>	<b>Competência.....</b>	<b>455</b>
<b>6.1.</b>	<b>Disposições gerais .....</b>	<b>456</b>
<b>6.1.1.</b>	<b>Competência absoluta e relativa.....</b>	<b>458</b>
<b>6.1.2.</b>	<b>Outros critérios classificatórios da competência.....</b>	<b>459</b>
<b>6.2.</b>	<b>Competência no âmbito da Constituição Federal.....</b>	<b>463</b>
<b>6.2.1.</b>	<b>Supremo Tribunal Federal .....</b>	<b>463</b>
<b>6.2.2.</b>	<b>Superior Tribunal de Justiça.....</b>	<b>464</b>
<b>6.2.3.</b>	<b>Tribunais Regionais Federais.....</b>	<b>465</b>
<b>6.2.4.</b>	<b>Justiça Federal de primeira instância.....</b>	<b>465</b>
<b>6.3.</b>	<b>Competência no âmbito do CPC: competência de foro.....</b>	<b>474</b>
<b>6.4.</b>	<b>Competência de juízo.....</b>	<b>480</b>
<b>6.5.</b>	<b>Modificação da competência .....</b>	<b>482</b>
<b>6.5.1.</b>	<b>Conexão .....</b>	<b>482</b>
<b>6.5.2.</b>	<b>Continência.....</b>	<b>484</b>
<b>6.5.3.</b>	<b>Foro de eleição .....</b>	<b>484</b>
<b>6.5.4.</b>	<b>Vontade do réu.....</b>	<b>485</b>
<b>6.6.</b>	<b>Conflito de competência.....</b>	<b>488</b>
<b>7.</b>	<b>Cooperação nacional .....</b>	<b>488</b>
<b>Capítulo 3</b>		
<b>Sujeitos do processo.....</b>		<b>491</b>
<b>1.</b>	<b>Considerações iniciais.....</b>	<b>491</b>
<b>2.</b>	<b>Partes e procuradores .....</b>	<b>491</b>

<b>2.1.</b> Capacidade de estar em juízo e capacidade processual .....	492
<b>2.2.</b> Curador especial .....	493
<b>2.3.</b> Legitimidade dos cônjuges e companheiros em juízo.....	495
<b>2.4.</b> Representação processual .....	496
<b>2.5.</b> Vícios na representação processual .....	497
<b>2.6.</b> Deveres .....	499
<b>2.7.</b> Responsabilidade das partes por dano processual.....	501
<b>2.8.</b> Despesas processuais .....	502
<b>2.9.</b> Honorários advocatícios .....	505
<b>2.10.</b> Dinâmica das despesas, honorários e multas .....	516
<b>2.11.</b> Gratuidade da Justiça .....	520
<b>2.11.1.</b> Abrangência do benefício .....	520
<b>2.11.2.</b> Dinâmica do requerimento .....	521
<b>2.11.3.</b> Recursos .....	523
<b>2.11.4.</b> Revogação definitiva .....	524
<b>2.12.</b> Sucessão das partes e dos procuradores .....	524
<b>3.</b> Litisconsórcio .....	525
<b>3.1.</b> Classificações .....	526
<b>3.1.1.</b> Litisconsórcio ativo necessário .....	528
<b>3.1.2.</b> Intervenção litisconsorcial .....	529
<b>3.1.3.</b> Litisconsórcio ulterior.....	530
<b>3.2.</b> Hipóteses de formação do litisconsórcio .....	530
<b>3.2.1.</b> Limitação do litisconsórcio facultativo .....	532
<b>3.3.</b> Regime jurídico .....	535
<b>3.3.1.</b> Aplicações .....	536
<b>3.4.</b> Outras regras sobre o litisconsórcio .....	538
<b>4.</b> Intervenção de terceiros .....	539
<b>4.1.</b> Outras hipóteses de intervenção de terceiros .....	541
<b>4.2.</b> Negócios processuais e intervenção de terceiros .....	542
<b>4.3.</b> Assistência.....	543
<b>4.3.1.</b> Modalidades de assistência .....	543
<b>4.3.2.</b> Interesse jurídico que legitima a intervenção do assistente .....	545
<b>4.3.3.</b> Cabimento e oportunidade da assistência .....	546

<b>4.3.4.</b> Pedido de intervenção .....	546
<b>4.3.5.</b> Assistência simples .....	547
<b>4.3.5.1.</b> Os limites à atuação do assistente simples .....	550
<b>4.3.5.2.</b> Justiça da decisão (eficácia da intervenção).....	551
<b>4.3.5.3.</b> Coisa julgada.....	552
<b>4.3.6.</b> Assistência litisconsorcial.....	553
<b>4.3.6.1.</b> Atuação do assistente litisconsorcial .....	554
<b>4.3.6.2.</b> Coisa julgada.....	555
<b>4.4.</b> Denunciaçāo da lide .....	556
<b>4.4.1.</b> Hipóteses de cabimento.....	556
<b>4.4.2.</b> Facultatividade da denunciaçāo .....	557
<b>4.4.2.1.</b> Resguardo da ação autônoma .....	558
<b>4.4.2.2.</b> A facultatividade da denunciaçāo e a prescriçāo.....	559
<b>4.4.3.</b> Denunciações sucessivas.....	560
<b>4.4.4.</b> Denunciaçāo e novo fundamento.....	561
<b>4.4.5.</b> A petição inicial da denunciaçāo da lide .....	562
<b>4.4.6.</b> Citação do denunciado .....	563
<b>4.4.7.</b> Suspensão do processo .....	564
<b>4.4.8.</b> Denunciaçāo feita pelo autor .....	564
<b>4.4.9.</b> Denunciaçāo feita pelo réu .....	566
<b>4.4.10.</b> A condenação "direta" do denunciado .....	567
<b>4.4.11.</b> Denunciaçāo da lide como cumulação eventual de pedido .....	570
<b>4.4.12.</b> A responsabilização pelas verbas de sucumbência.....	571
<b>4.5.</b> Chamamento ao processo.....	571
<b>4.5.1.</b> Hipóteses de cabimento.....	573
<b>4.5.2.</b> Procedimento do chamamento ao processo .....	576
<b>4.5.3.</b> Suspensão do processo .....	576
<b>4.5.4.</b> Citação para que os chamados contestem .....	576
<b>4.5.5.</b> Julgamento e seus efeitos .....	577
<b>4.6.</b> Incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	578
<b>4.6.1.</b> Legitimidade.....	579
<b>4.6.2.</b> Hipóteses.....	579
<b>4.6.3.</b> Cabimento.....	581

<b>4.6.4.</b>	Anotação no distribuidor .....	583
<b>4.6.5.</b>	Desconsideração requerida com a petição inicial .....	583
<b>4.6.6.</b>	Suspensão do processo .....	584
<b>4.6.7.</b>	Pressupostos de instauração.....	585
<b>4.6.8.</b>	Admissão do incidente .....	586
<b>4.6.9.</b>	Citação e manifestação do sócio ou da pessoa jurídica .....	586
<b>4.6.10.</b>	Tutela provisória .....	587
<b>4.6.11.</b>	Julgamento e recursos.....	588
<b>4.6.12.</b>	Efeitos do julgamento .....	590
<b>4.6.13.</b>	Coisa julgada .....	591
<b>4.6.14.</b>	Despesas e honorários advocatícios.....	591
<b>4.6.15.</b>	Embargos de terceiro .....	592
<b>4.6.16.</b>	Fraude à execução .....	592
<b>4.7.</b>	<i>Amicus curiae</i> .....	593
<b>4.7.1.</b>	Pressupostos para a intervenção.....	595
<b>4.7.2.</b>	Modos de intervenção e controle .....	595
<b>4.7.3.</b>	Representatividade adequada e interesse institucional.....	596
<b>4.7.4.</b>	Candidatos a <i>amicus curiae</i> .....	597
<b>4.7.5.</b>	Prazo para manifestação .....	599
<b>4.7.6.</b>	Alteração de competência .....	599
<b>4.7.7.</b>	Legitimidade recursal .....	600
<b>4.7.8.</b>	A atuação do <i>amicus curiae</i> .....	601
<b>5.</b>	Magistrado	603
<b>5.1.</b>	Deveres-poderes .....	604
<b>5.1.1.</b>	Igualdade de tratamento .....	604
<b>5.1.2.</b>	Velar pela razoável duração do processo .....	605
<b>5.1.3.</b>	Zelar pela probidade processual .....	605
<b>5.1.4.</b>	Flexibilização de técnicas executivas (dever-poder geral de concretização) .....	605
<b>5.1.5.</b>	Estímulo à autocomposição .....	608
<b>5.1.6.</b>	Dilatação de prazos e inversão na ordem de produção de provas....	608
<b>5.1.7.</b>	Dever-poder geral de polícia .....	610
<b>5.1.8.</b>	Interrogatória livre .....	610

<b>5.1.9.</b> Dever-poder geral de saneamento .....	611
<b>5.1.10.</b> Estímulo ao processo coletivo.....	612
<b>5.2.</b> Critérios decisórios.....	613
<b>5.3.</b> Responsabilidade.....	614
<b>5.4.</b> Impedimento e suspeição .....	615
<b>5.4.1.</b> Forma de arguição.....	617
<b>5.4.2.</b> Outros destinatários das normas.....	617
<b>5.5.</b> Auxiliares da Justiça .....	618
<b>5.5.1.</b> Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça .. ....	618
<b>5.5.2.</b> Perito.....	620
<b>5.5.3.</b> Depositário e administrador .....	621
<b>5.5.4.</b> Intérprete e tradutor .....	622
<b>5.5.5.</b> Conciliadores e mediadores judiciais.....	622
<b>6.</b> Ministério público .....	627
<b>7.</b> Advocacia privada .....	631
<b>8.</b> Advocacia pública .....	634
<b>9.</b> Defensoria pública .....	636

## **Capítulo 4**

<b>Atos processuais .....</b>	<b>639</b>
<b>1.</b> Considerações iniciais .....	639
<b>2.</b> Forma .....	640
<b>2.1.</b> Atos em geral .....	640
<b>2.2.</b> Negócios processuais.....	641
<b>2.2.1.</b> Calendário processual.....	650
<b>2.3.</b> Prática eletrônica.....	652
<b>2.4.</b> Atos das partes .....	656
<b>2.5.</b> Pronunciamentos do juiz.....	657
<b>2.6.</b> Atos do escrivão ou do chefe de secretaria.....	660
<b>3.</b> Tempo .....	661
<b>4.</b> Lugar .....	662
<b>5.</b> Prazos .....	663

<b>5.1.</b> Contagem e fluência .....	665
<b>5.2.</b> Verificação e penalidades .....	669
<b>6.</b> Preclusão .....	669
<b>7.</b> Comunicação .....	671
<b>7.1.</b> Citação .....	672
<b>7.1.1.</b> Modalidades de citação .....	674
<b>7.2.</b> Cartas .....	679
<b>7.3.</b> Intimações .....	680
<b>8.</b> Nulidades .....	683
<b>9.</b> Distribuição e registro .....	690
<b>10.</b> Valor da causa .....	692

## **Capítulo 5**

<b>Tutela provisória .....</b>	<b>697</b>
<b>1.</b> Considerações iniciais .....	697
<b>2.</b> Notas de processo legislativo .....	699
<b>3.</b> Classes .....	700
<b>3.1.</b> Urgência e evidência .....	701
<b>3.2.</b> Antecedente e incidente .....	701
<b>3.3.</b> Cautelar e antecipada .....	702
<b>4.</b> Disposições gerais .....	705
<b>4.1.</b> Competência .....	705
<b>4.1.1.</b> Tutela provisória perante os tribunais .....	705
<b>4.2.</b> Motivação .....	707
<b>4.3.</b> Duração .....	708
<b>4.4.</b> Dever-poder geral de asseguramento (cautela) e de satisfação (antecipação). Efetivação da tutela provisória .....	709
<b>4.5.</b> Tutela provisória requerida em caráter incidental .....	710
<b>4.6.</b> Recorribilidade das interlocutórias relativas a tutela provisória .....	712
<b>4.7.</b> Outras questões .....	713
<b>4.7.1.</b> Impossibilidade de concessão de ofício .....	713
<b>4.7.2.</b> Legitimidade .....	713
<b>4.7.3.</b> Prazos e momentos .....	714

<b>5.</b>	Tutela de urgência .....	714
<b>5.1.</b>	Pressupostos.....	715
<b>5.2.</b>	Caução .....	718
<b>5.3.</b>	Concessão liminar ou mediante audiência de justificação .....	718
<b>5.4.</b>	Risco de irreversibilidade.....	720
<b>5.5.</b>	Efetivação da tutela provisória de urgência de natureza cautelar .....	723
<b>5.6.</b>	Responsabilidade pela prestação da tutela de urgência.....	725
<b>5.7.</b>	Outras regras gerais .....	727
<b>6.</b>	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente .....	727
<b>6.1.</b>	Petição inicial .....	728
<b>6.2.</b>	Se concedida a tutela antecipada antecedente.....	729
<b>6.3.</b>	Se não concedida a tutela antecipada antecedente .....	731
<b>6.4.</b>	Se não houver aditamento da petição inicial .....	732
<b>6.5.</b>	Estabilização da tutela provisória.....	732
	<b>6.5.1.</b> Dinâmica da estabilização.....	736
<b>7.</b>	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	739
<b>7.1.</b>	Citação do réu e suas atitudes .....	739
<b>7.2.</b>	Apresentação do pedido principal .....	740
<b>7.3.</b>	Duração .....	742
<b>7.4.</b>	Indeferimento da tutela cautelar e pedido principal.....	743
<b>8.</b>	Relações entre as tutelas provisórias requeridas em caráter antecedente.....	743
<b>9.</b>	Tutela da evidência.....	747
<b>9.1.</b>	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte....	748
<b>9.2.</b>	Alegações de fato comprovadas documentalmente e tese firmada em repetitivos ou em súmula vinculante .....	749
<b>9.3.</b>	Pedido reipersecutório.....	749
<b>9.4.</b>	Suficiência de provas .....	750
<b>9.5.</b>	Concessão liminar .....	751
<b>10.</b>	Tutela provisória e o direito processual público .....	753
<b>10.1.</b>	Restrições à tutela provisória (art. 1.059).....	755
<b>10.2.</b>	Em especial a “suspensão da tutela provisória” .....	759
<b>10.3.</b>	O art. 1.059 e a tutela da evidência .....	762
<b>10.4.</b>	(In)constitucionalidade do art. 1.059 .....	763

## Capítulo 6

<b>Formação, suspensão e extinção do processo.....</b>	<b>767</b>
<b>1. Considerações iniciais .....</b>	<b>767</b>
<b>2. Formação do processo.....</b>	<b>768</b>
<b>3. Suspensão do processo. ....</b>	<b>769</b>
<b>3.1. Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador .....</b>	<b>770</b>
<b>3.2. Convenção das partes.....</b>	<b>771</b>
<b>3.3. Arguição de impedimento ou suspeição .....</b>	<b>772</b>
<b>3.4. Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....</b>	<b>773</b>
<b>3.5. Relações externas com a decisão de mérito.....</b>	<b>774</b>
<b>3.5.1. Relação entre processos civil e penal.....</b>	<b>775</b>
<b>3.6. Força maior.....</b>	<b>775</b>
<b>3.7. Tribunal Marítimo .....</b>	<b>775</b>
<b>3.8. Outros casos previstos no Código de Processo Civil .....</b>	<b>776</b>
<b>3.9. Parto ou concessão de adoção .....</b>	<b>777</b>
<b>3.10. Advogado que se tornar pai.....</b>	<b>780</b>
<b>4. Extinção do processo .....</b>	<b>781</b>
<b>4.1. Extinção do processo e prévio saneamento.....</b>	<b>783</b>
<b>Bibliografia citada e consultada.....</b>	<b>785</b>
<b>Sites consultados.....</b>	<b>818</b>

**Cassio Scarpinella Bueno**

volume

**2**

**11<sup>a</sup> edição**

revista, atualizada  
e ampliada

**2022**

**Curso  
Sistematizado  
de Direito  
Processual Civil**

Procedimento Comum, Processos  
nos Tribunais e Recursos

**saraiva** jur

ISBN 978-85-536-0766-2 OBRA COMPLETA

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ODILIO HILARIO MOREIA JUNIOR – CRB-8/9949

Av. Paulista, 901, 3º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

<b>Diretoria executiva</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Diretoria editorial</b>	Ana Paula Santos Matos
<b>Gerência editorial e de projetos</b>	Fernando Penteado
<b>Novos projetos</b>	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
<b>Gerência editorial</b>	Isabella Sánchez de Souza
<b>Edição</b>	Daniel Pavani Naveira
<b>Produção editorial</b>	Daniele Debora de Souza (coord.) Cintia Aparecida dos Santos Daniela Nogueira Secondo
<b>Arte e digital</b>	Mônica Landi (coord.) Carmilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
<b>Projetos e serviços editoriais</b>	Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto Klariene Andrielly Giraldi
<b>Diagramação</b>	Markelangelo Design e Projetos Editoriais
<b>Revisão</b>	Simone Silberschmidt
<b>Capa</b>	Deborah Mattos
<b>Produção gráfica</b>	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	Vox Gráfica

B928c Bueno, Cassio Scarpinella

Curso Sistematizado de Direito Processual Civil – v. 2: Procedimento Comum, Processos nos Tribunais e Recursos / Cassio Scarpinella Bueno. – 11. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.

840 p.

ISBN 978-85-5362-170-1 (Impresso)

1. Processo Civil. 2. Código de Processo Civil. 3. Lei n.13.105.  
4. Procedimento Comum. 5. Recursos. I. Título. II. Série.

2021-4662

CDD 347

CDU 347

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Direito civil

347

Data de fechamento da edição: 13-1-2022

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL [ 607301 ]

CAE [ 791952 ]

# Sumário

<i>Nota introdutória às novas edições após o CPC de 2015</i> .....	29
<i>Nota prévia às edições de 2022 do Curso sistematizado</i> .....	35
<i>Nota prévia às edições de 2021 do Curso sistematizado</i> .....	37
<i>Nota prévia às edições de 2020 do Curso sistematizado</i> .....	41
<i>Abreviaturas</i> .....	45

## **Parte I**

### **Procedimento comum**

#### **Capítulo 1**

<b>Do “processo de conhecimento” ao procedimento comum.....</b>	51
<b>1. Considerações iniciais.....</b>	51
<b>2. Procedimento comum como regra.....</b>	52
<b>3. A subsidiariedade do procedimento comum.....</b>	53
<b>4. Processo e procedimento.....</b>	55
<b>5. O chamado “processo de conhecimento”.....</b>	61
<b>6. Fases do procedimento comum.....</b>	67
<b>7. Proposta de estudo.....</b>	70

#### **Capítulo 2**

<b>Fase postulatória .....</b>	71
<b>1. Considerações iniciais .....</b>	71
<b>2. Petição inicial .....</b>	71
<b>3. Requisitos da petição inicial .....</b>	72
<b>    3.1 Juízo a que é dirigida .....</b>	73
<b>    3.2 Qualificação do autor e do réu .....</b>	74
<b>    3.3 Fato e fundamentos jurídicos do pedido .....</b>	76

<b>3.4</b>	Pedido com suas especificações .....	77
<b>3.4.1</b>	Pedido certo .....	79
<b>3.4.1.1</b>	Efeitos anexos.....	80
<b>3.4.2</b>	Pedido determinado .....	84
<b>3.4.3</b>	Cumulação de pedidos .....	86
<b>3.4.3.1</b>	Regras para cumulação de pedidos .....	89
<b>3.4.4</b>	Cumulação subjetiva .....	92
<b>3.4.5</b>	Cumulação de pedidos pelo réu .....	92
<b>3.4.6</b>	Pedido e obrigações alternativas .....	93
<b>3.4.7</b>	Pedido e obrigações indivisíveis.....	95
<b>3.4.8</b>	Modificação do pedido .....	96
<b>3.5</b>	O valor da causa.....	98
<b>3.6</b>	As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados ..	98
<b>3.6.1</b>	Juntada de documentos com a petição inicial .....	99
<b>3.6.2</b>	Documentos em poder do réu .....	100
<b>3.6.3</b>	Ausência de documentos indispensáveis.....	101
<b>3.6.4</b>	Documentos originais e em cópia .....	101
<b>3.7</b>	A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.....	102
<b>3.8</b>	Outros requisitos.....	102
<b>3.9</b>	Registro e distribuição.....	104
<b>3.10</b>	Irregularidades na petição inicial .....	104
<b>4.</b>	Juízo de admissibilidade da petição inicial .....	104
<b>4.1</b>	Juízo de admissibilidade positivo: recebimento da petição inicial .....	105
<b>4.1.1</b>	Citação .....	106
<b>4.1.1.1</b>	Efeitos materiais da citação.....	106
<b>4.1.1.2</b>	Efeitos processuais da citação .....	110
<b>4.1.2</b>	Recurso do recebimento da inicial .....	111
<b>4.2</b>	Juízo de admissibilidade neutro: emenda da petição inicial .....	112
<b>4.2.1</b>	Prorrogação do prazo.....	113
<b>4.2.2</b>	Emendas sucessivas .....	114
<b>4.3</b>	Juízo de admissibilidade negativo: rejeição da petição inicial.....	114
<b>4.3.1</b>	Indeferimento da petição inicial.....	114

<b>4.3.2</b>	Regime recursal .....	117
<b>4.3.3</b>	Improcedência liminar do pedido.....	120
<b>4.3.3.1</b>	Regime recursal .....	122
<b>4.3.4</b>	Juízo de admissibilidade negativo da petição inicial e extinção parcial do processo .....	123
<b>5.</b>	Audiência de conciliação ou de mediação.....	123
<b>5.1</b>	Não realização.....	126
<b>5.2</b>	Dinâmica.....	129
<b>6.</b>	Contestação, reconvenção, revelia e outros comportamentos do réu.....	131
<b>6.1</b>	Contestação.....	132
<b>6.1.1</b>	Princípios regentes .....	133
<b>6.1.2</b>	Prazo .....	134
<b>6.1.3</b>	Defesas processuais.....	136
<b>6.1.3.1</b>	Inexistência ou nulidade da citação .....	138
<b>6.1.3.2</b>	Incompetência absoluta e relativa .....	138
<b>6.1.3.3</b>	Incorreção do valor da causa .....	140
<b>6.1.3.4</b>	Inépcia da petição inicial .....	141
<b>6.1.3.5</b>	Perempção.....	141
<b>6.1.3.6</b>	Litispendência e coisa julgada.....	142
<b>6.1.3.7</b>	Conexão .....	142
<b>6.1.3.8</b>	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização .....	143
<b>6.1.3.9</b>	Convenção de arbitragem.....	143
<b>6.1.3.10</b>	Ausência de legitimidade ou de interesse processual.....	145
<b>6.1.3.11</b>	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar .....	147
<b>6.1.3.12</b>	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça .....	147
<b>6.1.3.13</b>	Outras preliminares.....	148
<b>6.1.4</b>	Defesas substanciais.....	148
<b>6.2</b>	Reconvenção .....	152
<b>6.2.1</b>	Reconvenção como pedido do réu .....	153
<b>6.2.2</b>	Reconvenção, ação díplice e pedido contraposto .....	156
<b>6.2.3</b>	Pressupostos .....	158

<b>6.2.4</b>	Reconvenção e intervenção de terceiros .....	160
<b>6.2.5</b>	Procedimento .....	161
<b>6.2.6</b>	Julgamento .....	165
<b>6.3</b>	Revelia.....	166
<b>6.4</b>	Outros comportamentos do réu.....	169
<b>6.4.1</b>	Limitação do litisconsórcio .....	171
<b>6.4.2</b>	Denunciação da lide .....	172
<b>6.4.3</b>	Chamamento ao processo .....	172
<b>6.4.4</b>	Incidente de falsidade documental.....	172
<b>6.4.5</b>	Exibição de documento ou coisa.....	173
<b>6.4.6</b>	Reconhecimento da procedência do pedido.....	173
<b>6.5</b>	Dinâmica das respostas do réu .....	174

## Capítulo 3

<b>Fase ordinatória.....</b>	175	
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	175
<b>2.</b>	Providências preliminares.....	176
<b>2.1</b>	Contestação.....	178
<b>2.2</b>	Reconvenção .....	180
<b>2.3</b>	Revelia.....	181
<b>2.4</b>	Limitação do litisconsórcio.....	183
<b>2.5</b>	Denunciação da lide e chamamento ao processo .....	184
<b>2.6</b>	Incidente de falsidade documental .....	184
<b>2.7</b>	Exibição de documento ou coisa .....	185
<b>2.8</b>	Reconhecimento jurídico do pedido.....	185
<b>3.</b>	Julgamento conforme o estado do processo.....	186
<b>3.1</b>	Extinção do processo.....	187
<b>3.1.1</b>	Extinção sem resolução de mérito.....	187
<b>3.1.2</b>	Extinção com resolução de mérito .....	188
<b>3.1.3</b>	Extinção parcial .....	189
<b>3.2</b>	Julgamento antecipado do mérito.....	190
<b>3.2.1</b>	Suficiência de provas .....	191
<b>3.2.2</b>	Revelia.....	192

<b>3.2.3</b>	Relações com a tutela provisória .....	193
<b>3.3</b>	Julgamento antecipado parcial do mérito .....	194
<b>3.3.1</b>	Hipóteses .....	195
<b>3.3.2</b>	Cumprimento .....	196
<b>3.3.3</b>	Peculiaridades recursais .....	199
<b>3.3.4</b>	Dinâmica .....	201
<b>3.4</b>	Saneamento e organização do processo .....	202
<b>3.4.1</b>	Esclarecimentos e ajustes na decisão de saneamento e organização .....	206
<b>3.4.2</b>	Delimitação consensual das questões de fato e de direito .....	208
<b>3.4.3</b>	Audiência de saneamento (saneamento cooperativo) .....	209
<b>3.4.4</b>	Prova testemunhal .....	211
<b>3.4.5</b>	Prova pericial .....	212
<b>4.</b>	Estabilização da demanda .....	213

## Capítulo 4

<b>Fase instrutória .....</b>	215	
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	215
<b>2.</b>	Direito probatório .....	215
<b>2.1</b>	Prova: conceito, delimitação e classificações .....	216
<b>2.2</b>	Prova e cognição judicial .....	217
<b>2.3</b>	Natureza jurídica das regras sobre provas .....	221
<b>2.4</b>	Sistemas de avaliação da prova .....	223
<b>2.5</b>	Presunções e indícios .....	224
<b>2.6</b>	Princípios relativos às provas .....	226
<b>2.7</b>	Ônus da prova .....	232
<b>2.8</b>	Objeto da prova .....	235
<b>2.9</b>	Dinâmica da prova .....	236
<b>2.9.1</b>	Especialmente a produção da prova .....	237
<b>2.9.1.1</b>	Prova emprestada .....	237
<b>2.9.1.2</b>	Prova “fora de terra” .....	239
<b>2.9.1.3</b>	Produção antecipada de prova .....	240
<b>2.10</b>	Direito intertemporal .....	244
<b>3.</b>	Meios de prova .....	245

<b>3.1</b>	Ata notarial.....	246
<b>3.2</b>	Depoimento pessoal .....	247
<b>3.2.1</b>	Depoimento pessoal propriamente dito .....	248
<b>3.2.2</b>	Interrogatório .....	249
<b>3.2.3</b>	Depoimento pessoal por iniciativa da parte .....	250
<b>3.2.4</b>	Produção .....	250
<b>3.2.5</b>	Recusa .....	253
<b>3.3</b>	Confissão.....	253
<b>3.3.1</b>	Classificação .....	254
<b>3.3.2</b>	Produção.....	255
<b>3.3.3</b>	Efeitos .....	255
<b>3.3.4</b>	Indivisibilidade .....	256
<b>3.3.5</b>	Irrevogabilidade e anulação .....	257
<b>3.4</b>	Exibição de documento ou coisa.....	258
<b>3.4.1</b>	Natureza jurídica .....	260
<b>3.4.2</b>	Exibição requerida em face da parte contrária.....	261
<b>3.4.3</b>	Exibição requerida em face de terceiro .....	264
<b>3.4.4</b>	Exibição determinada de ofício .....	265
<b>3.5</b>	Prova documental.....	266
<b>3.5.1</b>	Força probante dos documentos.....	268
<b>3.5.1.1</b>	Documentos públicos e privados.....	268
<b>3.5.1.2</b>	Documentos autênticos e não autênticos. Cópias de documentos.....	270
<b>3.5.1.3</b>	Documentos autógrafos e heterógrafos .....	272
<b>3.5.2</b>	Produção .....	273
<b>3.5.3</b>	Arguição de falsidade.....	274
<b>3.6</b>	Documentos eletrônicos .....	277
<b>3.7</b>	Prova testemunhal .....	278
<b>3.7.1</b>	Admissibilidade .....	279
<b>3.7.2</b>	Testemunhas.....	280
<b>3.7.3</b>	Produção .....	282
<b>3.7.4</b>	Intimação .....	283
<b>3.7.5</b>	Inquirição.....	284

<b>3.7.6</b>	Casos excepcionais de oitiva das testemunhas .....	285
<b>3.8</b>	Prova pericial .....	286
<b>3.8.1</b>	Perito e sua nomeação .....	288
<b>3.8.2</b>	Assistentes técnicos .....	290
<b>3.8.3</b>	Produção .....	291
<b>3.8.4</b>	Avaliação .....	293
<b>3.8.5</b>	Perícia consensual .....	293
<b>3.8.6</b>	Despesas com a perícia .....	294
<b>3.9</b>	Inspeção judicial .....	295
<b>3.9.1</b>	Objeto .....	296
<b>3.9.1.1</b>	Confronto com a perícia .....	297
<b>3.9.2</b>	Produção .....	298
<b>3.9.2.1</b>	Incidência do princípio da identidade física do juiz .....	299
<b>3.9.3</b>	Contraditório prévio .....	299
<b>4.</b>	Audiência de instrução e julgamento.....	300
<b>4.1</b>	Abertura e adiamento da audiência .....	303
<b>4.2</b>	Instrução e debates.....	305
<b>4.3</b>	Julgamento.....	307
<b>4.4</b>	Documentação .....	307

## Capítulo 5

<b>Fase decisória .....</b>	309	
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	309
<b>2.</b>	Sentença.....	310
<b>2.1</b>	Os possíveis conteúdos da sentença .....	311
<b>2.1.1</b>	Sentenças terminativas (art. 485).....	312
<b>2.1.1.1</b>	Indeferimento da petição inicial.....	313
<b>2.1.1.2</b>	Paralisação e abandono do processo .....	314
<b>2.1.1.3</b>	Ausência de pressupostos processuais de existência ou de validade e presença de pressupostos processuais negativos .....	316
<b>2.1.1.4</b>	Irregularidade no exercício do direito de ação .....	316
<b>2.1.1.5</b>	Desistência .....	317
<b>2.1.1.6</b>	Intransmissibilidade do direito .....	319

<b>2.1.1.7</b>	Outros casos.....	320
<b>2.1.1.8</b>	Atuação oficiosa do magistrado .....	321
<b>2.1.1.9</b>	Peculiaridade recursal.....	322
<b>2.1.1.10</b>	Repropositura.....	323
<b>2.1.2</b>	Sentenças definitivas.....	323
<b>2.1.2.1</b>	Acolhimento ou rejeição do pedido .....	325
<b>2.1.2.2</b>	Decadência ou prescrição .....	325
<b>2.1.2.3</b>	Homologação de atos dispositivos ou autocompositivos ..	326
<b>2.1.2.3.1</b>	Reconhecimento da procedência do pedido...	326
<b>2.1.2.3.2</b>	Transação .....	327
<b>2.1.2.3.3</b>	Renúncia à pretensão.....	328
<b>2.2</b>	Possibilidade de julgamento de mérito .....	329
<b>2.3</b>	Sentença como ato processual .....	330
<b>2.3.1</b>	Especialmente o dever de fundamentação.....	332
<b>2.3.2</b>	Interpretação .....	335
<b>2.3.3</b>	Outros elementos da sentença .....	335
<b>2.3.4</b>	Ausência de elementos.....	336
<b>2.4</b>	Capítulos da sentença.....	337
<b>2.5</b>	Correlação entre pedido e sentença .....	338
<b>2.5.1</b>	Pedido certo e sentença ilíquida.....	340
<b>2.5.2</b>	Sentença e relação jurídica condicional.....	341
<b>2.5.3</b>	Vícios decorrentes da falta de correlação.....	342
<b>2.6</b>	Fatos (e direito) novos.....	343
<b>2.6.1</b>	Fato novo e autor .....	344
<b>2.6.2</b>	Fato novo e réu .....	346
<b>2.6.3</b>	Direito novo .....	346
<b>2.6.4</b>	Aplicação do art. 493 no âmbito dos Tribunais.....	346
<b>2.6.5</b>	Art. 493 e sucumbência.....	347
<b>2.7</b>	Princípio da invariabilidade da sentença.....	347
<b>2.7.1</b>	Inexatidões materiais ou erros de cálculo.....	348
<b>2.7.2</b>	Embargos de declaração .....	349
<b>2.7.3</b>	Embargos de declaração e erros materiais ou de cálculo.....	350
<b>2.7.4</b>	Outras hipóteses.....	350

<b>2.8</b>	Efeitos principais da sentença.....	350
<b>2.8.1</b>	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa .....	352
<b>2.8.1.1</b>	Prestações de fazer ou não fazer...	353
<b>2.8.1.2</b>	Prestações de entrega de coisa .....	353
<b>2.8.1.3</b>	Conversão em perdas e danos.....	354
<b>2.8.2</b>	Sentença e emissão de declaração de vontade .....	355
<b>2.9</b>	Efeitos anexos.....	356
<b>2.9.1</b>	Hipoteca judiciária .....	357
<b>2.9.2</b>	Outros efeitos anexos da sentença.....	358
<b>2.10</b>	Efeitos reflexos .....	360
<b>3.</b>	Coisa julgada.....	360
<b>3.1</b>	Indiscutibilidade (função negativa e positiva) e imutabilidade .....	362
<b>3.2</b>	Decisões sujeitas à coisa julgada .....	363
<b>3.3</b>	Da coisa julgada formal e material à coisa julgada com eficácia interna e externa .....	364
<b>3.4</b>	Limites objetivos .....	367
<b>3.4.1</b>	Coisa julgada e questões prejudiciais. A insubsistência da chamada “ação declaratória incidental” .....	369
<b>3.4.2</b>	Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	372
<b>3.4.3</b>	Justiça da decisão .....	374
<b>3.5</b>	Limites subjetivos.....	375
<b>3.6</b>	Limites temporais.....	377
<b>3.7</b>	Técnicas de contraste .....	380
<b>3.7.1</b>	Relativização.....	381

## Parte II

### Ordem dos processos e processos de competência originária dos Tribunais

#### **Capítulo 1**

Direito jurisprudencial.....	387	
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	387

<b>2.</b>	Alcance dos arts. 926 a 928.....	388
<b>3.</b>	Nomenclatura empregada e nomenclatura proposta.....	394
<b>3.1</b>	Direito jurisprudencial .....	400
<b>4.</b>	A dinâmica dos indexadores jurisprudenciais.....	404
<b>4.1</b>	Lembrando de regras descartadas.....	408
<b>5.</b>	Em especial o processo de formação dos indexadores jurisprudenciais.....	412
<b>6.</b>	Julgamento de casos repetitivos.....	415

## **Capítulo 2**

<b>Ordem dos processos nos Tribunais.....</b>	417	
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	417
<b>2.</b>	Registro, distribuição e conclusão.....	417
<b>3.</b>	Deveres-poderes do relator .....	419
<b>4.</b>	Preparativos para o julgamento .....	421
<b>5.</b>	Sustentação oral .....	422
<b>6.</b>	Dinâmica e documentação dos julgamentos .....	424
<b>7.</b>	Técnica de colegiamento da decisão não unânime (art. 942) .....	428

## **Capítulo 3**

<b>Incidente de assunção de competência .....</b>	433	
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	433
<b>2.</b>	Pressupostos e finalidade.....	433
<b>3.</b>	Competência.....	435
<b>4.</b>	Legitimidade e instauração.....	435
<b>5.</b>	Julgamento.....	436
<b>6.</b>	Consequências do julgamento.....	437
<b>7.</b>	Revisão da tese .....	438
<b>8.</b>	Recursos.....	438

## **Capítulo 4**

<b>Incidente de arguição de constitucionalidade.....</b>	439	
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	439
<b>2.</b>	Legitimidade e oportunidade para arguição do incidente .....	441
<b>3.</b>	Admissão ou inadmissão do incidente .....	442

<b>3.1</b>	Dispensa.....	443
<b>3.1.1</b>	Oitiva do Ministério Público.....	446
<b>4.</b>	Procedimento.....	447
<b>4.1</b>	Instrução.....	447
<b>5.</b>	Julgamento e consequências.....	448
<b>Capítulo 5</b>		
	<b>Conflito de competência.....</b>	<b>451</b>
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	451
<b>2.</b>	Instauração e legitimidade.....	452
<b>3.</b>	Competência .....	454
<b>4.</b>	Contraditório .....	455
<b>5.</b>	Suspensão .....	455
<b>6.</b>	Julgamento e consequências.....	456
<b>Capítulo 6</b>		
	<b>Homologação de decisão estrangeira e <i>exequatur</i>.....</b>	<b>457</b>
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	457
<b>2.</b>	Abrangência .....	458
<b>3.</b>	Homologação de medidas de urgência .....	459
<b>4.</b>	Elementos para a homologação .....	460
<b>5.</b>	Procedimento .....	462
<b>6.</b>	Cumprimento .....	464
<b>Capítulo 7</b>		
	<b>Ação rescisória .....</b>	<b>467</b>
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	467
<b>2.</b>	Natureza jurídica .....	467
<b>3.</b>	Requisito genérico.....	468
<b>3.1</b>	Esgotamento da esfera recursal.....	470
<b>4.</b>	Legitimidade .....	471
<b>5.</b>	Petição inicial.....	473
<b>5.1</b>	Cumulação de pedidos .....	475
<b>5.2</b>	Recolhimento de multa prévia.....	476

<b>5.3</b>	Juízo de admissibilidade .....	479
<b>  5.3.1</b>	Recurso diante do juízo negativo de admissibilidade .....	480
<b>6.</b>	Hipóteses de cabimento .....	481
<b>  6.1</b>	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz .....	482
<b>  6.2</b>	Juiz impedido ou juízo absolutamente incompetente .....	483
<b>  6.3</b>	Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da vencida ou simulação ou colusão das partes a fim de fraudar a lei .....	484
<b>  6.4</b>	Ofensa à coisa julgada .....	485
<b>  6.5</b>	Violação manifesta a norma jurídica .....	486
<b>  6.6</b>	Falsidade de prova .....	490
<b>  6.7</b>	Prova nova .....	491
<b>  6.8</b>	Erro de fato .....	492
<b>  6.9</b>	Fundamentos insubsistentes .....	494
<b>7.</b>	Tutela provisória .....	496
<b>8.</b>	Citação e defesa .....	497
<b>9.</b>	Procedimento .....	498
<b>  9.1</b>	Saneamento e organização do processo .....	498
<b>  9.2</b>	Fase instrutória .....	498
<b>  9.3</b>	Fase decisória .....	499
<b>    9.3.1</b>	<i>Judicium rescindens e judicium rescissorium</i> .....	499
<b>    9.3.2</b>	Destinação do depósito prévio .....	500
<b>    9.3.3</b>	Rescisão e honorários advocatícios arbitrados anteriormente .....	501
<b>10.</b>	Recursos cabíveis .....	501
<b>11.</b>	Prazo .....	502
<b>  11.1</b>	Prazos diferenciados .....	503
<b>  11.2</b>	Natureza do prazo .....	505
<b>  11.3</b>	Fluência .....	505
<b>  11.4</b>	Decadência intercorrente .....	507
<b>  11.5</b>	Sucessivas ações rescisórias .....	507

## Capítulo 8

<b>Incidente de resolução de demandas repetitivas .....</b>	509	
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	509
<b>2.</b>	Notas de processo legislativo .....	510

<b>3.</b>	Feição e pressupostos de admissibilidade .....	510
<b>4.</b>	Legitimados.....	512
<b>5.</b>	Ofício ou petição de instauração .....	513
<b>6.</b>	Admissibilidade .....	514
<b>7.</b>	Atitudes do relator .....	516
<b>7.1</b>	Suspensão dos processos .....	516
<b>7.1.1</b>	A suspensão requerida ao STJ ou ao STF .....	518
<b>7.2</b>	Instrução .....	521
<b>8.</b>	Julgamento.....	523
<b>8.1</b>	Abrangência .....	524
<b>8.2</b>	Consequências .....	526
<b>8.3</b>	Divulgação .....	528
<b>8.4</b>	Prazo .....	529
<b>9.</b>	Revisão da tese .....	530
<b>10.</b>	Recurso extraordinário e recurso especial.....	532

## **Capítulo 9**

<b>Reclamação .....</b>	535	
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	535
<b>2.</b>	Natureza jurídica.....	535
<b>3.</b>	Hipóteses de cabimento .....	537
<b>3.1</b>	Relação com outros recursos ou técnicas de impugnação a decisões judiciais	541
<b>4.</b>	Competência, legitimidade e petição inicial .....	541
<b>5.</b>	Atitudes do relator e procedimento .....	542
<b>6.</b>	Julgamento e sua efetivação .....	543
<b>7.</b>	Recursos.....	544

## **Parte III**

### **Recursos**

## **Capítulo 1**

<b>Teoria geral dos recursos.....</b>	547	
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	547

<b>2.</b>	Natureza jurídica.....	547
<b>3.</b>	Definição.....	549
<b>4.</b>	Classificação.....	550
<b>4.1</b>	Recursos totais ou parciais .....	550
<b>4.2</b>	Recursos de fundamentação livre ou de fundamentação vinculada .....	551
<b>4.3</b>	Recursos ordinários ou extraordinários.....	552
<b>4.4</b>	Recursos principal ou adesivo .....	552
<b>5.</b>	Princípios.....	554
<b>5.1</b>	Duplo grau de jurisdição.....	555
<b>5.2</b>	Colegialidade.....	555
<b>5.3</b>	Reserva de plenário .....	556
<b>5.4</b>	Taxatividade.....	557
<b>5.5</b>	Unirrecorribilidade.....	558
<b>5.6</b>	Correlação.....	558
<b>5.7</b>	Fungibilidade .....	560
<b>5.8</b>	Voluntariedade .....	562
<b>5.9</b>	Dialecticidade .....	562
<b>5.10</b>	Recorribilidade temperada das interlocutórias .....	564
<b>5.11</b>	Consumação.....	564
<b>5.12</b>	Complementariedade .....	565
<b>5.13</b>	Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	565
<b>6.</b>	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito .....	566
<b>6.1</b>	Natureza declaratória do juízo de admissibilidade .....	568
<b>6.2</b>	Juízo de admissibilidade.....	571
<b>6.2.1</b>	Cabimento.....	572
<b>6.2.2</b>	Legitimidade .....	574
<b>6.2.2.1</b>	Partes .....	574
<b>6.2.2.2</b>	Terceiro .....	575
<b>6.2.2.3</b>	Ministério Público .....	576
<b>6.2.2.3.1</b>	Defensoria Pública .....	576
<b>6.2.3</b>	Interesse .....	577
<b>6.2.4</b>	Tempestividade.....	578
<b>6.2.5</b>	Regularidade formal .....	581

<b>6.2.6</b>	Preparo .....	582
<b>6.2.6.1</b>	Dispensa de preparo .....	583
<b>6.2.6.2</b>	Preparo insuficiente e não recolhimento .....	584
<b>6.2.7</b>	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo.....	585
<b>6.2.8</b>	Certificação da não interposição de recurso ou de juízo negativo de admissibilidade.....	587
<b>6.3</b>	Juízo de mérito .....	588
<b>6.3.1</b>	<i>Erros in procedendo e erros in judicando</i> .....	589
<b>7.</b>	Efeitos dos recursos.....	590
<b>7.1</b>	Efeito obstativo.....	590
<b>7.2</b>	Efeito suspensivo .....	591
<b>7.3</b>	Efeito regressivo .....	595
<b>7.4</b>	Efeito diferido .....	596
<b>7.5</b>	Efeito devolutivo .....	596
<b>7.6</b>	Efeito translativo .....	598
<b>7.7</b>	Efeito expansivo .....	600
<b>7.7.1</b>	O art. 1.013, §§ 3º e 4º .....	602
<b>7.8</b>	Efeito substitutivo .. ....	605

## Capítulo 2

<b>Apelação</b> .....	607	
<b>1.</b>	Considerações iniciais .. ....	607
<b>2.</b>	Cabimento .....	607
<b>2.1</b>	Fungibilidade .....	610
<b>3.</b>	Regularidade formal .....	611
<b>3.1</b>	Apresentação de novos fatos.....	613
<b>4.</b>	Procedimento .....	614
<b>5.</b>	Efeitos .. ....	615
<b>5.1</b>	Efeito suspensivo .. ....	616
<b>5.1.1</b>	Homologação de divisão e demarcação .....	616
<b>5.1.2</b>	Pagamento de alimentos .....	618
<b>5.1.3</b>	Embargos à execução .. ....	619
<b>5.1.3.1</b>	Embargos à ação monitória .. ....	620

<b>5.1.4</b>	Pedido de instituição de arbitragem .....	620
<b>5.1.5</b>	Confirmação, concessão ou revogação de tutela provisória .....	621
<b>5.1.6</b>	Interdição .....	623
<b>5.1.7</b>	Atribuição <i>ope judicis</i> do efeito suspensivo .....	623
<b>5.1.8</b>	Retirada <i>ope judicis</i> do efeito suspensivo.....	624
<b>5.2</b>	Efeito devolutivo .....	625
<b>5.3</b>	Efeito translativo .....	625
<b>5.4</b>	Efeito expansivo .....	626
<b>6.</b>	Processamento no Tribunal .....	627
<b>7.</b>	Apelação e juízo negativo de admissibilidade da petição inicial.....	628

## Capítulo 3

<b>Agravo de instrumento.....</b>	<b>629</b>	
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	629
<b>2.</b>	Cabimento .....	630
<b>2.1</b>	Tutela provisória .....	634
<b>2.2</b>	Mérito do processo .....	634
<b>2.3</b>	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem.....	635
<b>2.4</b>	Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação .....	636
<b>2.5</b>	Exibição ou posse de documento ou coisa .....	636
<b>2.6</b>	Litisconsórcio .....	637
<b>2.7</b>	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.....	637
<b>2.8</b>	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução .....	638
<b>2.9</b>	Redistribuição do ônus da prova .....	639
<b>2.10</b>	Outros casos.....	640
<b>2.11</b>	Liquidiação, cumprimento de sentença, processo de execução e inventário ..	640
<b>2.12</b>	Uma reflexão necessária .....	642
<b>3.</b>	Interposição .....	644
<b>3.1</b>	Formação do instrumento .....	646
<b>4.</b>	Apresentação na primeira instância .....	649
<b>5.</b>	Processamento e julgamento .....	650

**Capítulo 4**

<b>Agravo interno .....</b>	<b>655</b>
<b>1. Considerações iniciais .....</b>	<b>655</b>
<b>2. Cabimento .....</b>	<b>656</b>
<b>3. Petição de interposição.....</b>	<b>657</b>
<b>4. Prazo.....</b>	<b>658</b>
<b>5. Julgamento.....</b>	<b>659</b>
<b>5.1 Sustentação oral .....</b>	<b>659</b>
<b>5.2 Aplicação de multa.....</b>	<b>659</b>
<b>6. Recursos cabíveis e outros meios de controle.....</b>	<b>661</b>

**Capítulo 5**

<b>Embargos de declaração.....</b>	<b>663</b>
<b>1. Considerações iniciais .....</b>	<b>663</b>
<b>2. Hipóteses de cabimento .....</b>	<b>664</b>
<b>3. Interposição .....</b>	<b>667</b>
<b>4. Prazo.....</b>	<b>670</b>
<b>5. Contraditório .....</b>	<b>670</b>
<b>6. Efeitos. ....</b>	<b>671</b>
<b>6.1 Efeito suspensivo.....</b>	<b>671</b>
<b>6.2 Efeito devolutivo .....</b>	<b>672</b>
<b>6.3 Efeito translativo .....</b>	<b>672</b>
<b>6.4 Efeito regressivo .....</b>	<b>673</b>
<b>6.4.1 Um desdobramento .....</b>	<b>674</b>
<b>7. Julgamento.....</b>	<b>675</b>
<b>8. Multa .....</b>	<b>676</b>
<b>9. Embargos de declaração e prequestionamento.....</b>	<b>678</b>

**Capítulo 6**

<b>Recurso ordinário .....</b>	<b>681</b>
<b>1. Considerações iniciais .....</b>	<b>681</b>
<b>2. Hipóteses de cabimento .....</b>	<b>681</b>

<b>2.1</b>	Recurso ordinário e a “tutela jurisdicional das liberdades públicas das diversas gerações” .....	682
<b>2.2</b>	Causas que envolvem Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa residente ou domiciliada no País .....	686
<b>3.</b>	Efeitos .....	687
<b>4.</b>	Procedimento .....	689
<b>5.</b>	Julgamento .....	691
 <b>Capítulo 7</b>		
<b>Recurso extraordinário e recurso especial.....</b>		693
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	693
<b>2.</b>	Hipóteses de cabimento .....	694
<b>2.1</b>	Causa decidida (prequestionamento).....	695
<b>2.1.1</b>	O art. 1.025 do CPC.....	704
<b>2.2</b>	Única ou última instância.....	705
<b>3.</b>	Hipóteses específicas de cabimento do recurso extraordinário.....	707
<b>3.1</b>	Contrariar dispositivo da Constituição Federal .....	707
<b>3.2</b>	Declarar a inconstitucionalidade de lei ou tratado federal .....	709
<b>3.3</b>	Validade de lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.....	710
<b>3.4</b>	Validade de lei local contestada em face de lei federal.....	710
<b>3.5</b>	Repercussão geral .....	711
<b>3.5.1</b>	A disciplina infraconstitucional da repercussão geral .....	712
<b>3.5.2</b>	O processo de identificação da repercussão geral .....	714
<b>3.5.3</b>	Após o reconhecimento da repercussão geral .....	715
<b>4.</b>	Hipóteses específicas de cabimento do recurso especial.....	717
<b>4.1</b>	Contrariar ou negar vigência a lei federal.....	718
<b>4.2</b>	Validade de ato de governo local confrontado com lei federal .....	720
<b>4.3</b>	Recurso especial pela divergência jurisprudencial.....	721
<b>5.</b>	Petição de interposição .....	722
<b>5.1</b>	Recurso especial fundado na divergência jurisprudencial .....	725
<b>5.2</b>	Prazo .....	727
<b>6.</b>	Interposição e atividade no Tribunal <i>a quo</i> .....	729
<b>6.1</b>	Interposição simultânea .....	732

<b>6.2</b>	<b>Reenvio .....</b>	735
<b>7.</b>	<b>Efeitos.....</b>	736
<b>7.1</b>	<b>Efeito translativo .....</b>	736
<b>7.2</b>	<b>Efeito suspensivo.....</b>	740
<b>8.</b>	<b>Julgamento.....</b>	741
<b>9.</b>	<b>Recursos extraordinário e especial repetitivos.....</b>	743
<b>9.1</b>	<b>Identificação da ocorrência de recursos múltiplos e sua seleção.....</b>	744
<b>9.2</b>	<b>Suspensão dos processos determinada pelo TJ e TRF .....</b>	745
<b>9.3</b>	<b>Decisão de afetação .....</b>	746
<b>9.4</b>	<b>Suspensão dos processos determinada pelos Tribunais Superiores.....</b>	749
<b>9.4.1</b>	<b>Suspensão no caso do incidente de resolução de demanda repetitiva</b>	752
<b>9.5</b>	<b>Preparação para julgamento .....</b>	752
<b>9.6</b>	<b>Julgamento e consequências .....</b>	755
<b>9.6.1</b>	<b>No Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça....</b>	755
<b>9.6.2</b>	<b>Nos Tribunais de Justiça, nos Tribunais Regionais Federais e na primeira instância.....</b>	755
<b>9.7</b>	<b>Manutenção do acórdão recorrido.....</b>	760
<b>9.8</b>	<b>Julgamento de outras questões perante o tribunal de origem.....</b>	761
<b>Capítulo 8</b>		
	<b>Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....</b>	763
<b>1.</b>	<b>Considerações iniciais .....</b>	763
<b>2.</b>	<b>Hipótese de cabimento.....</b>	763
<b>3.</b>	<b>Interposição .....</b>	765
<b>4.</b>	<b>Prazo.....</b>	767
<b>5.</b>	<b>Processamento .....</b>	767
<b>Capítulo 9</b>		
	<b>Embargos de divergência.....</b>	769
<b>1.</b>	<b>Considerações iniciais .....</b>	769
<b>2.</b>	<b>Hipóteses de cabimento .....</b>	770
<b>2.1</b>	<b>Prova e demonstração da divergência .....</b>	774
<b>3.</b>	<b>Efeitos.....</b>	776
<b>4.</b>	<b>Procedimento.....</b>	776

<b>5.</b> Julgamento.....	778
<b>Capítulo 10</b>	
<b>Sucedâneos recursais .....</b>	<b>781</b>
<b>1.</b> Considerações iniciais .....	781
<b>2.</b> Remessa necessária.....	782
<b>2.1</b> Ineficácia da sentença proferida contra o Poder Público .....	784
<b>2.2</b> Remessa necessária e contraditório .....	785
<b>2.3</b> Hipóteses de cabimento.....	786
<b>2.4</b> Hipóteses de dispensa .....	787
<b>2.5</b> Relação com outros recursos e com o art. 942 .....	790
<b>2.6</b> Remessa necessária e <i>reformatio in pejus</i> .....	791
<b>3.</b> Ação anulatória (art. 966, § 4º) .....	792
<b>3.1</b> Hipóteses de cabimento.....	794
<b>3.2</b> Procedimento.....	795
<b>4.</b> Pedido de suspensão .....	796
<b>4.1</b> Dinâmica.....	798
<b>5.</b> Mandado de segurança contra ato judicial.....	802
<b>5.1</b> Hipóteses de cabimento.....	803
<b>5.1.1</b> A hipótese do art. 5º, II, da LMS.....	804
<b>5.1.2</b> A hipótese do art. 5º, III, da LMS.....	808
<b>5.2</b> Mandado de segurança contra ato judicial e recurso cabível .....	809
<b>5.3</b> Procedimento .....	809
<b>6.</b> Pedido de reconsideração.....	811
<b>6.1</b> Natureza jurídica.....	811
<b>6.2</b> Pedido de reconsideração e preclusão.....	812
<b>6.3</b> O futuro do pedido de reconsideração.....	812
<b>7.</b> Correição parcial.....	813
<b>7.1</b> Natureza jurídica.....	813
<b>7.2</b> Previsões normativas .....	813
<b>7.3</b> O papel a ser desempenhado pela correição parcial .....	814
<i>Bibliografia citada e consultada .....</i>	817
<i>Sites consultados .....</i>	837

**Cassio Scarpinella Bueno**

volume

**3**

**11<sup>a</sup> edição**  
revista, atualizada  
e ampliada

**2022**

**Curso  
Sistematizado  
de Direito  
Processual Civil**

**Tutela Jurisdicional Executiva**

**saraiva** jur

ISBN 978-85-536-0766-2 OBRA COMPLETA

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ODILIO HILARIO MOREIA JUNIOR - CRB-8/9949

B928c Bueno, Cassio Scarpinella

Curso Sistematizado de Direito Processual Civil – v. 3: Tutela Jurisdicional Executiva / Cassio Scarpinella Bueno - 11. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2022.

728 p.

ISBN 978-85-5362-171-8 (Impresso)

1. Processo Civil. 2. Código de Processo Civil. 3. Lei n. 13.105. 4. Tutela Jurisdicional Executiva. 5. Liquidação. 6. Título executivo. I. Título. II. Série.

Av. Paulista, 901, 3º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

<b>Diretoria executiva</b>	Flávia Alves Bravin	CDD 347
<b>Diretoria editorial</b>	Ana Paula Santos Matos	CDU 347
<b>Gerência editorial e de projetos</b>	Fernando Penteado	
<b>Novos projetos</b>	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira	
<b>Gerência editorial</b>	Isabella Sánchez de Souza	
<b>Edição</b>	Daniel Pavani Naveira	
<b>Produção editorial</b>	Daniele Debora de Souza (coord.) Cintia Aparecida dos Santos Daniela Nogueira Secondo	
<b>Arte e digital</b>	Mônica Landi (coord.) Carmilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa	Data de fechamento da edição: 13-1-2022
<b>Projetos e serviços editoriais</b>	Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto Klariene Andrielly Giraldi	Dúvidas? Acesse <a href="http://www.editorasaraiva.com.br/direito">www.editorasaraiva.com.br/direito</a>
<b>Diagramação</b>	Markelangelo Design e Projetos Editoriais	
<b>Revisão</b>	Willians Calazans de Vasconcelos de Melo	
<b>Capa</b>	Deborah Mattos	
<b>Produção gráfica</b>	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes	
<b>Impressão e acabamento</b>	Vox Gráfica	CL [ 807303 ] CAE [ 701953 ]

# Sumário

<i>Nota introdutória às novas edições após o CPC de 2015</i> .....	29
<i>Nota prévia às edições de 2022 do Curso sistematizado</i> .....	35
<i>Nota prévia às edições de 2021 do Curso sistematizado</i> .....	37
<i>Nota prévia às edições de 2020 do Curso sistematizado</i> .....	41
<i>Abreviaturas</i> .....	45

## Parte I Liquidação

### **Capítulo 1**

<b>Liquidação como etapa de processo</b> .....	51
<b>1.</b> Considerações iniciais .....	51
<b>2.</b> Natureza jurídica.....	53
<b>3.</b> Nomenclatura .....	56
<b>4.</b> Localização do instituto .....	58

### **Capítulo 2**

<b>Modalidades e regime jurídico</b> .....	61
<b>1.</b> Considerações iniciais .....	61
<b>2.</b> Requerimento para início .....	64
<b>3.</b> Liquidação parcial.....	65
<b>4.</b> Cálculo aritmético .....	66
<b>4.1</b> Atualização financeira e CNJ .....	66
<b>5.</b> Limites cognitivos da liquidação.....	67
<b>5.1</b> A “liquidação-zero” .....	71
<b>6.</b> Liquidação por arbitramento .....	73
<b>7.</b> Liquidação pelo procedimento comum .....	75

<b>8.</b> Natureza da decisão e respectivo recurso na liquidação.....	78
<b>9.</b> Coisa julgada.....	83
<b>10.</b> Despesas e custas .....	83
<b>11.</b> Honorários advocatícios.....	84
<b>12.</b> Nos casos de memória de cálculo.....	86
<b>13.</b> Liquidação provisória.....	87

## Parte II

### Aspectos gerais da concretização da tutela jurisdicional executiva

#### **Capítulo 1**

<b>Classificação e princípios.....</b>	93
<b>1.</b> Considerações iniciais .....	93
<b>1.1</b> Plano de trabalho .....	97
<b>2.</b> Classificação.....	98
<b>2.1</b> Quanto à origem do título executivo .....	98
<b>2.1.1</b> As regras de reenvio dos arts. 513, <i>caput</i> , e 771 .....	99
<b>2.2</b> Quanto à estabilidade do título executivo.....	100
<b>2.3</b> Quanto à modalidade da obrigação .....	100
<b>2.3.1</b> Quanto à origem da dívida .....	101
<b>2.3.2</b> Quanto à solvabilidade do devedor.....	101
<b>2.4</b> Quanto aos efeitos .....	102
<b>3.</b> Princípios .....	104
<b>3.1</b> Do princípio da autonomia ao princípio do sincretismo .....	104
<b>3.2</b> Princípio do título executivo .....	105
<b>3.3</b> Princípio da patrimonialidade .....	107
<b>3.4</b> Princípio da disponibilidade.....	108
<b>3.5</b> Princípio da adequação .....	110
<b>3.6</b> Do princípio da tipicidade ao da atipicidade dos atos executivos.....	110
<b>3.7</b> Princípios do resultado e da menor gravosidade ao executado: a concretização equilibrada da tutela jurisdicional executiva.....	112
<b>3.8</b> Princípio da lealdade: os atos atentatórios à dignidade da justiça .....	113
<b>3.8.1</b> Cobrança de multas ou indenizações pela litigância de má-fé .....	115

<b>3.9</b>	Princípio da responsabilidade.....	116
------------	------------------------------------	-----

## **Capítulo 2**

O processo ao ensejo da concretização da tutela jurisdicional executiva.....	119
<b>1.</b> Considerações iniciais .....	119
<b>2.</b> Competência.....	122
<b>2.1</b> Competência na etapa de cumprimento de sentença .....	123
<b>2.2.1</b> Opções do exequente .....	124
<b>2.2.2</b> Competência na execução fundada em título extrajudicial.....	126
<b>3.</b> Petição inicial.....	127
<b>3.1</b> Cumulação de pedidos .....	131
<b>3.2</b> Elementos da postulação .....	132
<b>3.3</b> Certidão de “admissibilidade da execução” .....	132
<b>3.3.1</b> O “ajuizamento da execução” .....	133
<b>3.3.2</b> Uma faculdade para o exequente .....	134
<b>3.3.3</b> Elementos da certidão .....	135
<b>3.3.4</b> Averbação e não registro .....	135
<b>3.3.5</b> A comunicação da averbação. ....	135
<b>3.3.6</b> Cancelamento das averbações.....	136
<b>3.3.7</b> Fraude à execução .....	137
<b>3.3.8</b> Responsabilização do exequente .....	138
<b>4.</b> Suspensão das atividades executivas.....	139
<b>5.</b> Decisões .....	143
<b>6.</b> Recursos.....	145
<b>7.</b> Procedimento.....	146

## **Capítulo 3**

O exercício do direito de ação ao ensejo da concretização da tutela jurisdicional executiva .....	147
<b>1.</b> Considerações iniciais .....	147
<b>2.</b> Legitimidade das partes.....	149
<b>2.1</b> Pluralidade de partes e intervenção de terceiros.....	154
<b>3.</b> Interesse de agir .....	156
<b>4.</b> O “mérito” e a possibilidade de seu julgamento.....	161

## Capítulo 4

<b>Título executivo.....</b>	<b>165</b>
<b>1. Considerações iniciais .....</b>	<b>165</b>
<b>2. Obrigaçao certa, exigível e líquida.....</b>	<b>166</b>
<b>3. O título executivo como prova de uma obrigação certa, exigível e líquida.....</b>	<b>168</b>
<b>3.1 Eficácia abstrata do título executivo.....</b>	<b>172</b>
<b>3.2 Título executivo e “ação relativa ao débito” .....</b>	<b>173</b>
<b>4. Títulos executivos judiciais .....</b>	<b>174</b>
<b>4.1 Decisão que reconhece exigibilidade da obrigação.....</b>	<b>174</b>
<b>4.2 Decisão homologatória de autocomposição judicial.....</b>	<b>178</b>
<b>4.3 Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial .....</b>	<b>179</b>
<b>4.4 Formal e certidão de partilha.....</b>	<b>179</b>
<b>4.5 Crédito de auxiliar da Justiça.....</b>	<b>180</b>
<b>4.6 Sentença penal condenatória transitada em julgado.....</b>	<b>182</b>
<b>4.7 Sentença arbitral.....</b>	<b>184</b>
<b>4.8 Sentença e decisão interlocutória estrangeiras .....</b>	<b>187</b>
<b>4.9 Acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo (regra vetada) .....</b>	<b>187</b>
<b>4.10 Citação para início da etapa de liquidação ou de cumprimento .....</b>	<b>188</b>
<b>4.10.1 Em outros casos.....</b>	<b>190</b>
<b>5. Títulos executivos extrajudiciais .....</b>	<b>191</b>
<b>5.1 Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque.....</b>	<b>191</b>
<b>5.2 Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor .....</b>	<b>193</b>
<b>5.3 Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas ..</b>	<b>193</b>
<b>5.4 Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.....</b>	<b>194</b>
<b>5.5 Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução.....</b>	<b>195</b>
<b>5.6 Contrato de seguro de vida em caso de morte .....</b>	<b>196</b>
<b>5.7 Crédito decorrente de foro e laudêmio .....</b>	<b>197</b>
<b>5.8 Crédito de aluguel de imóvel e encargos acessórios .....</b>	<b>197</b>
<b>5.9 Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei .....</b>	<b>198</b>

<b>5.10</b>	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício .....	198
<b>5.11</b>	Certidão de serventia notarial ou registral.....	199
<b>5.12</b>	A norma de encerramento .....	200
<b>5.13</b>	Títulos executivos extrajudiciais estrangeiros.....	204

## Capítulo 5

<b>Cumprimento provisório .....</b>	<b>205</b>
<b>1.</b> Considerações iniciais .....	205
<b>2.</b> Nomenclatura .....	205
<b>3.</b> Conceito e espécies (cumprimento provisório <i>ope legis</i> e <i>ope judicis</i> ) .....	208
<b>4.</b> Regime do cumprimento provisório .....	212
<b>5.</b> Prestação da caução.....	214
<b>6.</b> Impugnação .....	215
<b>7.</b> Incidência de multa no caso de não pagamento.....	217
<b>8.</b> Honorários de advogado .....	218
<b>9.</b> Retorno ao estado anterior .....	220
<b>10.</b> Outras modalidades obrigacionais.....	221
<b>11.</b> Duas situações peculiares.....	222
<b>12.</b> Cumprimento provisório e Fazenda Pública.....	224
<b>13.</b> Execução provisória e título executivo extrajudicial.....	226
<b>14.</b> Dispensa da caução .....	227
<b>14.1</b> Manutenção da caução .....	230
<b>15.</b> Documentação para o cumprimento provisório.....	231
<b>16.</b> Momento de formulação do requerimento .....	234
<b>17.</b> Flexibilização dos atos executivos .....	235
<b>17.1</b> Cumprimento de decisões concessivas de tutela provisória.....	237

## Parte III

### Técnicas executivas relativas à obrigação de pagar quantia certa

## Capítulo 1

<b>Com base em título judicial.....</b>	<b>243</b>
---	------------

<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	243
<b>2.</b>	Nomenclatura .....	246
<b>3.</b>	Formação, suspensão e extinção da etapa de cumprimento da sentença .....	247
<b>4.</b>	Finalidade .....	248
<b>5.</b>	Início da etapa de cumprimento de sentença.....	249
<b>5.1</b>	Requerimento do exequente.....	251
<b>5.2</b>	Iniciativa do exequente para a etapa de cumprimento da sentença .....	253
<b>5.3</b>	Intimação e suas modalidades .....	254
<b>5.4</b>	Inércia no início da etapa de cumprimento e prescrição .....	257
<b>6.</b>	Legitimidade passiva para o cumprimento de sentença .....	262
<b>7.</b>	Comparecimento espontâneo .....	263
<b>8.</b>	Cumprimento de sentença por iniciativa do executado .....	264
<b>8.1</b>	Legitimidade .....	265
<b>8.1.1</b>	Nos casos em que a Fazenda Pública é devedora .....	266
<b>8.2</b>	A iniciativa do devedor.....	266
<b>8.3</b>	Contraditório e consequências .....	268
<b>8.4</b>	Críticas ao art. 526 .....	269
<b>8.5</b>	Ausência de manifestação do credor .....	270
<b>8.6</b>	Outras modalidades obrigatoriais .....	270
<b>8.7</b>	O art. 526 e a “garantia da execução” .....	271
<b>9.</b>	Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa .....	271
<b>9.1</b>	Iniciativa do exequente .....	272
<b>9.2</b>	O requerimento para início da etapa de cumprimento da sentença.....	275
<b>9.2.1</b>	Demonstrativo discriminado e atualizado do crédito .....	276
<b>9.2.1.1</b>	Discordância do executado com o valor indicado pelo exequente .....	278
<b>9.2.1.2</b>	Cálculos excessivos .....	278
<b>9.2.1.3</b>	Dispersão dos elementos para elaboração do demonstrativo.	279
<b>9.2.1.4</b>	Hipótese de atuação da Defensoria Pública .....	281
<b>9.3</b>	Pagamento voluntário.....	282
<b>9.4</b>	Incidência da multa .....	284
<b>9.5</b>	Pagamento parcial .....	285

<b>9.6</b>	Depósito.....	285
<b>9.7</b>	Não pagamento e início dos atos executivos.....	287
<b>9.8</b>	Fluência do prazo para pagamento.....	288
<b>10.</b>	Protesto de decisão judicial transitada em julgado.....	290
<b>10.1</b>	Lavratura do protesto .....	292
<b>10.2</b>	Protesto e ação rescisória .....	293
<b>10.3</b>	Cancelamento do protesto .....	294
<b>10.4</b>	Protesto de decisão não transitada em julgado .....	295
<b>10.5</b>	Sustação do protesto.....	297
<b>10.6</b>	Negativação do executado .....	298

## **Capítulo 2**

<b>Com base em título extrajudicial .....</b>	301	
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	301
<b>2.</b>	Petição inicial.....	301
<b>3.</b>	Citação.....	302
<b>3.1</b>	O mandado de citação.....	304
<b>3.2</b>	Arresto de bens .....	305
<b>4.</b>	Pagamento .....	306
<b>4.1</b>	Fluência do prazo para pagamento.....	307
<b>5.</b>	Penhora e avaliação de bens .....	308

<b>5.1</b>	Indicação de bens à penhora pelo exequente .....	309
<b>5.2</b>	Intimação do executado para indicação de bens à penhora.....	309
<b>5.3</b>	Intimação da penhora .....	311
<b>5.4</b>	Outras intimações .....	312

## **Capítulo 3**

<b>Responsabilidade patrimonial .....</b>	313	
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	313
<b>2.</b>	Débito e responsabilidade .....	314
<b>3.</b>	Bens do sucessor a título singular.....	315
<b>4.</b>	Os bens do sócio.....	316
<b>5.</b>	Os bens do devedor em poder de terceiros.....	318

<b>6.</b> Bens do cônjuge ou do companheiro.....	318
<b>7.</b> Fraude à execução.....	321
<b>7.1</b> Hipóteses .....	321
<b>7.2</b> Registro .....	323
<b>7.3</b> Contraditório prévio.....	325
<b>8.</b> Fraude a credores.....	325
<b>9.</b> Responsável nos casos de desconsideração da personalidade jurídica .....	326

## Capítulo 4

<b>Penhora.....</b>	329
<b>1.</b> Considerações iniciais .....	329
<b>2.</b> Impenhorabilidade absoluta.....	329
<b>2.1</b> Bens inalienáveis e os não sujeitos à execução .....	330
<b>2.2</b> Móveis.....	331
<b>2.3</b> Vestuários e pertences de uso pessoal .....	332
<b>2.4</b> Valores destinados à subsistência do executado .....	332
<b>2.5</b> Bens para o exercício da profissão ... .....	335
<b>2.6</b> Seguro de vida .....	335
<b>2.7</b> Obras em andamento .....	335
<b>2.8</b> Pequena propriedade rural .....	336
<b>2.9</b> Recursos públicos.....	336
<b>2.10</b> Depósitos em caderneta de poupança.....	337
<b>2.11</b> Recursos públicos do fundo partidário .....	339
<b>2.12</b> Créditos de alienação de unidades imobiliárias.....	339
<b>2.13</b> Crédito para aquisição do bem .....	340
<b>3.</b> Impenhorabilidade relativa.....	340
<b>4.</b> A ordem da penhora .....	341
<b>4.1</b> Dinheiro .....	342
<b>4.1.1</b> Efetivação .....	343
<b>4.1.1.1</b> Penhora em dinheiro .....	345
<b>4.1.1.2</b> Iniciativa do exequente .....	345
<b>4.1.1.3</b> Possibilidade de a penhora <i>on line</i> ser feita imediatamente .....	346
<b>4.1.1.4</b> Dispensa de prévio contraditório .....	347

<b>4.1.5</b>	O sistema eletrônico empregado .....	348
<b>4.1.6</b>	Limite da indisponibilidade .....	348
<b>4.1.7</b>	O contraditório após a indisponibilização.....	349
<b>4.1.7.1</b>	Tutela de terceiro .....	350
<b>4.1.8</b>	Conversão em penhora.....	350
<b>4.1.9</b>	Cancelamento da indisponibilidade.....	351
<b>4.1.10</b>	Responsabilidade da instituição financeira.....	351
<b>4.1.11</b>	Penhora eletrônica de outros bens .....	352
<b>4.1.12</b>	Quando se tratar de partidos políticos .....	353
<b>4.2</b>	Títulos da dívida pública .....	353
<b>4.3</b>	Títulos e valores mobiliários.....	353
<b>4.4</b>	Veículos.....	354
<b>4.5</b>	Bens imóveis .....	354
<b>4.6</b>	Bens móveis .....	356
<b>4.6.1</b>	Frutos e rendimentos de coisa imóvel ou móvel .....	357
<b>4.7</b>	Semoventes .....	358
<b>4.8</b>	Navios e aeronaves .....	358
<b>4.9</b>	Ações e quotas sociais.....	359
<b>4.9.1</b>	Efetivação .....	359
<b>4.10</b>	Faturamento de empresa .....	360
<b>4.10.1</b>	Efetivação .....	361
<b>4.10.2</b>	Penhora de empresa e outros estabelecimentos .....	362
<b>4.10.2.1</b>	Efetivação .....	362
<b>4.11</b>	Pedras e metais preciosos .....	363
<b>4.12</b>	Direitos aquisitivos de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia.....	363
<b>4.13</b>	Outros direitos .....	364
<b>4.13.1</b>	Efetivação .....	365
<b>4.14</b>	Execução de crédito com garantia real.....	367
<b>5.</b>	Realização da penhora .....	367
<b>5.1</b>	Lugar.....	368
<b>5.2</b>	Auto de penhora .....	369
<b>5.3</b>	Depósito.....	370

<b>5.3.1</b>	Devolução do bem.....	371
<b>5.4</b>	Intimações.....	372
<b>5.5</b>	Averbação.....	374
<b>6.</b>	Modificações da penhora.....	375
<b>6.1</b>	Substituição.....	375
<b>6.1.1</b>	Não observância da ordem legal .....	376
<b>6.1.2</b>	Penhora sobre coisa certa.....	376
<b>6.1.3</b>	Penhora de bens no foro da execução .....	377
<b>6.1.4</b>	Penhora de bens já penhorados ou gravados.....	377
<b>6.1.5</b>	Penhora de bens de baixa liquidez.....	377
<b>6.1.6</b>	Nova penhora pela frustração de anterior alienação judicial.....	378
<b>6.1.7</b>	Falta de cumprimento de deveres pelo executado .....	378
<b>6.1.8</b>	Fiança bancária ou seguro .....	379
<b>6.1.9</b>	Procedimento .....	379
<b>6.2</b>	Redução ou ampliação.....	380
<b>6.3</b>	Nova penhora.....	380
<b>7.</b>	Avaliação dos bens penhorados .....	381
<b>7.1</b>	Desnecessidade de avaliação.....	382
<b>7.2</b>	Avaliação .....	383
<b>7.3</b>	Nova avaliação .....	383
<b>8.</b>	Atos antecedentes à expropriação dos bens penhorados .....	385
<b>9.</b>	Alienação antecipada.....	385

## Capítulo 5

<b>Mecanismos expropriatórios.....</b>	387	
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	387
<b>2.</b>	Remição da execução .....	388
<b>3.</b>	Adjudicação .....	390
<b>3.1</b>	Objeto da adjudicação .....	391
<b>3.2</b>	Legitimidade para adjudicar .....	391
<b>3.2.1</b>	Cônjugue, companheiro, ascendentes e descendentes.....	392
<b>3.2.2</b>	Outros credores .....	393
<b>3.2.3</b>	Sócios .....	393

<b>3.2.4</b>	Pluralidade de pretendentes.....	394
<b>3.3</b>	Prazo .....	394
<b>3.4</b>	Contradicório .....	397
<b>3.5</b>	Valor e depósito.....	398
<b>3.6</b>	Deferimento .....	399
<b>3.6.1</b>	Auto de adjudicação .....	401
<b>3.6.2</b>	Carta de adjudicação e mandado de entrega do bem .....	401
<b>3.7</b>	Nova adjudicação .....	402
<b>4.</b>	Alienação .....	403
<b>4.1</b>	Alienação por iniciativa particular .....	403
<b>4.1.1</b>	Procedimento .....	404
<b>4.1.2</b>	Documentação.....	405
<b>4.1.3</b>	Regulamentação pelos Tribunais.....	406
<b>4.2</b>	Alienação em leilão judicial .....	407
<b>4.2.1</b>	Leiloeiro .....	408
<b>4.2.2</b>	Edital.....	409
<b>4.2.2.1</b>	Descrição do bem penhorado .....	409
<b>4.2.2.2</b>	Valor do bem, preço mínimo, condições de pagamento e comissão .....	410
<b>4.2.2.3</b>	Localização do bem .....	410
<b>4.2.2.4</b>	Modo e local de realização.....	411
<b>4.2.2.5</b>	Dia, local e hora de segundo leilão.....	411
<b>4.2.2.6</b>	Ônus, recursos e processos pendentes .....	411
<b>4.2.2.7</b>	Publicação do edital.....	413
<b>4.2.3</b>	Não realização do leilão .....	413
<b>4.2.4</b>	Intimações prévias .....	414
<b>4.2.4.1</b>	Especificamente o exequente com penhora averbada.....	416
<b>4.2.4.2</b>	Exequentes que tenham averbado a execução.....	416
<b>4.2.4.3</b>	Cônjugue ou companheiro .....	417
<b>4.2.4.4</b>	Modo de intimação.....	417
<b>4.2.4.5</b>	Descumprimento .....	417
<b>4.2.4.5.1</b>	Ausência de menção a ônus .....	419
<b>4.2.5</b>	Arrematação .....	419

<b>4.2.5.1</b>	Legitimados para a arrematação.....	420
<b>    4.2.5.1.1</b>	Legitimidade do exequente .....	421
<b>4.2.5.2</b>	Preço vil .....	422
<b>4.2.5.3</b>	Diversidade de pretendentes.....	425
<b>4.2.5.4</b>	Pagamento.....	425
<b>    4.2.5.4.1</b>	Não pagamento ou não prestação da caução ..	428
<b>    4.2.5.4.2</b>	Sub-rogação do fiador.....	429
<b>    4.2.5.4.3</b>	Pagamento por terceiro.....	429
<b>4.2.5.5</b>	Alienação de parte de imóvel .....	429
<b>4.2.5.6</b>	Alienação de imóvel de incapaz .....	430
<b>4.2.5.7</b>	Suspensão da arrematação.....	431
<b>4.2.5.8</b>	Auto de arrematação.....	432
<b>    4.2.5.8.1</b>	Ordem de entrega e carta de arrematação.....	433
<b>4.2.5.9</b>	Carta de arrematação.....	433
<b>    4.2.5.9.1</b>	Conteúdo.....	434
<b>    4.2.5.9.2</b>	Bens móveis.....	434
<b>4.2.5.10</b>	Remição do bem.....	435
<b>4.2.5.11</b>	Irretratabilidade da arrematação .....	435
<b>4.2.5.12</b>	Invalidação, ineficácia ou resolução da arrematação.....	436
<b>    4.2.5.12.1</b>	Invalidação .....	437
<b>    4.2.5.12.2</b>	Ineficácia .....	437
<b>    4.2.5.12.3</b>	Resolução .....	437
<b>    4.2.5.12.4</b>	Arguição .....	438
<b>4.2.5.13</b>	Desistência da arrematação.....	439
<b>5.</b>	Apropriação de frutos e rendimentos de empresa ou de estabelecimentos e de outros bens .....	440
<b>5.1</b>	Natureza jurídica.....	441
<b>5.2</b>	Pressupostos para concessão.....	441
<b>    5.2.1</b>	Instante procedural para instituição .....	442
<b>    5.2.2</b>	Instituição .....	443
<b>    5.2.3</b>	Nomeação do administrador-depositário .....	444
<b>5.3</b>	Alienação do bem.....	445
<b>5.4</b>	Recebimento de aluguéis .....	445

<b>5.5</b>	Locação do bem .....	446
<b>5.6</b>	Encerramento.....	446
<b>Capítulo 6</b>		
	Satisfação do crédito .....	449
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	449
<b>2.</b>	Entrega de dinheiro.....	450
<b>2.1</b>	Levantamento pelo exequente .....	451
<b>2.2</b>	Concurso singular de credores .....	452
<b>2.3</b>	Quitação do valor levantado.....	452
<b>2.4</b>	Cumprimento provisório.....	453
<b>2.5</b>	Vedaçāo de entrega de dinheiro .....	453
<b>2.6</b>	Suficiência do pagamento ao exequente .....	453
<b>2.7</b>	Insuficiência do pagamento .....	454
<b>3.</b>	Concurso singular de credores .....	454
<b>3.1</b>	Legitimados a participar .....	455
<b>3.2</b>	Ordem de preferênciā na perspectiva do plano material .....	456
<b>3.3</b>	Ordem de preferênciā na perspectiva do plano processual.....	458
<b>3.4</b>	Procedimento .....	459
<b>3.5</b>	Prazo .....	461
<b>3.6</b>	Encerramento.....	462
<b>3.7</b>	Credores não satisfeitos .....	463
<b>4.</b>	Extinção do processo .....	463
<b>Capítulo 7</b>		
	Obrigāo de prestar alimentos .....	465
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	465
<b>2.</b>	Dívida alimentar.....	467
<b>2.1</b>	Classificação dos alimentos.....	468
<b>3.</b>	Técnicas executivas .....	471
<b>4.</b>	Intimação do executado para pagar, comprovar ou justificar .....	472
<b>4.1</b>	Peculiaridades da intimação .....	475
<b>4.2</b>	Peculiaridades da fluênciā e da contagem do prazo .....	476

<b>5.</b>	Protesto .....	477
<b>6.</b>	Prisão civil .....	479
<b>7.</b>	Multa coercitiva.....	484
<b>8.</b>	Competência para o cumprimento .....	486
<b>9.</b>	Desconto em folha .....	486
<b>9.1</b>	Desconto sobre outras rendas e rendimentos.....	488
<b>10.</b>	Técnicas executivas tradicionais .....	488
<b>11.</b>	Tipos de alimentos tutelados .....	489
<b>12.</b>	Indícios da prática de crime de abandono material.....	491
<b>13.</b>	Constituição de capital.....	492
<b>13.1</b>	Dinâmica.....	493
<b>13.2</b>	Alteração das garantias .....	494
<b>13.3</b>	Salário mínimo como referência ..	494
<b>13.4</b>	Liberação das garantias.....	496
<b>14.</b>	Outros mecanismos executivos e alimentos indenizativos .....	496
<b>15.</b>	Em se tratando de título executivo extrajudicial .....	496

## **Capítulo 8**

<b>Obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.....</b>	<b>499</b>	
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	499
<b>2.</b>	Abrangência dos arts. 534 e 535 .....	501
<b>3.</b>	Procedimento jurisdicional constitucionalmente diferenciado.....	501
<b>4.</b>	O art. 100 da Constituição Federal.....	503
<b>4.1</b>	Alcance da expressão “Fazenda Pública” .....	518
<b>5.</b>	O requerimento para início da etapa de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.....	521
<b>6.</b>	Exclusão da multa do art. 523, § 1º.....	522
<b>7.</b>	Impugnação .....	523
<b>7.1</b>	Inexigibilidade da obrigação diante de decisão de constitucionalidade do STF .....	525
<b>7.2</b>	suspensivo.....	526
<b>7.3</b>	Pagamento por precatório ou requisição de pequeno valor.....	528
<b>8.</b>	Honorários advocatícios.....	530

<b>9.</b> Em se tratando de título executivo extrajudicial .....	531
<b>9.1</b> Dinâmica dos embargos à execução .....	533

## Parte IV

### Técnicas executivas relativas à obrigação de fazer e de não fazer

#### **Capítulo 1**

<b>Com base em título judicial.....</b>	539
<b>1.</b> Considerações iniciais.....	539
<b>2.</b> Obrigações de fazer e não fazer no plano material.....	540
<b>3.</b> Cumprimento da sentença de obrigações de fazer ou de não fazer .....	542
<b>4.</b> Prazo para cumprimento.....	544
<b>5.</b> Tutela específica, resultado prático equivalente e perdas e danos.....	544
<b>6.</b> Técnicas executivas .....	547
<b>6.1</b> Busca e apreensão.....	549
<b>6.2</b> Crime de desobediência .....	550
<b>6.3</b> A multa e sua natureza jurídica .....	551
<b>6.3.1</b> Periodicidade.....	553
<b>6.3.2</b> Majoração e redução.....	554
<b>6.3.3</b> Beneficiário.....	560
<b>6.3.4</b> Cumprimento provisório .....	560
<b>6.3.5</b> Subsistência diante de julgamento posterior em sentido contrário ..	563
<b>6.3.6</b> Intimação pessoal para cobrança.....	564
<b>7.</b> Deveres de caráter não obrigacional .....	565
<b>8.</b> Impugnação ao cumprimento de sentença .....	568

#### **Capítulo 2**

<b>Com base em título extrajudicial.....</b>	571
<b>1.</b> Considerações iniciais .....	571
<b>2.</b> Obrigação de fazer .....	571
<b>2.1</b> Petição inicial e citação do executado .....	572

<b>2.1.1</b>	Honorários advocatícios .....	574
<b>2.2</b>	Comportamentos do executado.....	574
<b>2.3</b>	Cumprimento por terceiro.....	576
<b>2.4</b>	Perdas e danos.....	579
<b>2.5</b>	Defesa do executado.....	580
<b>3.</b>	Obrigação de não fazer.....	580
<b>3.1</b>	Petição inicial, citação e comportamentos do executado .....	581
<b>3.2</b>	Defesa do executado.....	582

## Parte V

### Técnicas executivas relativas à obrigação de entrega de coisa

#### **Capítulo 1**

<b>Com base em título judicial .....</b>	585
<b>1.</b> Considerações iniciais .....	585
<b>2.</b> Obrigações de entrega de coisa no plano material .....	586
<b>3.</b> Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	587
<b>4.</b> No caso de cumprimento derivado de tutela provisória concedida liminarmente	589
<b>5.</b> Posturas do executado.....	590
<b>6.</b> Direito de retenção.....	591
<b>7.</b> Impugnação .....	593

#### **Capítulo 2**

<b>Com base em título extrajudicial .....</b>	595	
<b>1.</b> Considerações iniciais.....	595	
<b>2.</b> Obrigação de dar coisa certa.....	595	
<b>2.1</b>	Petição inicial e comportamentos possíveis do executado .....	595
<b>2.1.1</b>	Honorários advocatícios .....	596
<b>2.2</b>	Entrega ou depósito da coisa .....	597
<b>2.3</b>	A não entrega da coisa.....	599

<b>2.4</b>	Conversão em perdas e danos .....	600
<b>2.5</b>	Defesa do executado .....	601
<b>3.</b>	Obrigação de dar coisa incerta .....	604
<b>3.1</b>	Incidente de individualização da coisa.....	604
<b>3.2</b>	Aplicação subsidiária da disciplina da execução de dar coisa certa .....	606
<b>3.3</b>	Defesa do executado.....	606

## **Parte VI**

### **Defesas do executado**

#### **Capítulo 1**

<b>Impugnação .....</b>	<b>609</b>	
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	609
<b>2.</b>	Impugnação como defesa .....	609
<b>3.</b>	Prazo.....	613
<b>3.1</b>	Nos casos de obrigação de fazer, não fazer e entrega de coisa .....	615
<b>4.</b>	Prévia garantia de juízo .....	616
<b>5.</b>	Matérias arguíveis na impugnação .....	616
<b>5.1</b>	Falta ou nulidade da citação.....	616
<b>5.2</b>	Ilegitimidade de parte.....	618
<b>5.3</b>	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	619
<b>5.3.1</b>	Inexigibilidade decorrente de pronunciamento de constitucionalidade	620
<b>5.4</b>	Penhora incorreta ou avaliação errônea .....	625
<b>5.5</b>	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções .....	625
<b>5.6</b>	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução .....	626
<b>5.7</b>	Causas modificativas ou extintivas da obrigação.....	627
<b>5.8</b>	Nulidade de sentença arbitral.....	628
<b>6.</b>	Suspeição e impedimento .....	631
<b>7.</b>	Efeito suspensivo .....	631
<b>8.</b>	Procedimento.....	634
<b>9.</b>	Decisões e recursos .....	634

<b>10.</b> Honorários advocatícios .....	635
<b>11.</b> Despesas processuais.....	636
<b>12.</b> Manifestações do executado após a impugnação.....	637

## **Capítulo 2**

<b>Embargos à execução.....</b>	<b>641</b>
<b>1.</b> Considerações iniciais .....	641
<b>2.</b> Natureza jurídica.....	642
<b>3.</b> Apresentação dos embargos à execução.....	646
<b>3.1</b> Competência .....	648
<b>4.</b> Legitimidade .....	649
<b>5.</b> Prazo.....	651
<b>5.1</b> Litisconsórcio passivo na execução.....	652
<b>5.2</b> Execução por carta.....	652
<b>5.3</b> Pluralidade de advogados.....	653
<b>6.</b> Rejeição liminar .....	654
<b>6.1</b> Embargos intempestivos.. .....	654
<b>6.2</b> Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido .....	655
<b>6.3</b> Embargos manifestamente protelatórios .....	656
<b>6.4</b> Outros casos.....	657
<b>7.</b> Efeito suspensivo .....	657
<b>7.1</b> Atribuição .....	658
<b>7.2</b> Prévia oitiva do exequente.....	662
<b>7.3</b> Efeito suspensivo parcial .....	662
<b>7.4</b> Revisão da decisão concessiva .....	662
<b>7.5</b> Efeito suspensivo e pluralidade de embargos.....	663
<b>7.6</b> Substituição, reforço e redução de penhora e avaliação de bens.....	664
<b>7.7</b> Recorribilidade da decisão relativa ao efeito suspensivo.....	665
<b>8.</b> Fundamentos .....	666
<b>8.1</b> Nulidade da execução .....	667
<b>8.2</b> Penhora incorreta ou avaliação errônea .....	668
<b>8.3</b> Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções .....	669
<b>8.4</b> Retenção de benfeitorias.....	671

<b>8.5</b>	Incompetência.....	671
<b>8.6</b>	Outros fundamentos.....	672
<b>8.6.1</b>	Embargos à execução e reconvenção.....	673
<b>9.</b>	Impedimento ou suspeição .....	674
<b>10.</b>	Procedimento.....	675
<b>11.</b>	Julgamento.....	677
<b>12.</b>	Recursos.....	680
<b>13.</b>	Coisa julgada.....	681
 <b>Capítulo 3</b>		
	<b>Moratória .....</b>	<b>683</b>
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	683
<b>2.</b>	Natureza jurídica.....	683
<b>3.</b>	Pressupostos .....	685
<b>4.</b>	Oitiva do exequente e deferimento.....	686
<b>4.1</b>	Demora no deferimento .....	688
<b>5.</b>	Descumprimento .....	688
<b>6.</b>	Renúncia do direito de apresentar embargos à execução.....	689
<b>7.</b>	Moratória e embargos parciais.....	690
<b>8.</b>	Inaplicabilidade ao cumprimento de sentença .....	691
 <b>Capítulo 4</b>		
	<b>Outros meios de defesa do executado .....</b>	<b>695</b>
<b>1.</b>	Considerações iniciais .....	695
<b>2.</b>	Insubsistência das exceções e objeções de pré-executividade.....	695
<b>2.1</b>	Procedimento .....	701
<b>3.</b>	Outras iniciativas .....	703
	 <i>Bibliografia citada e consultada .....</i>	 707
	<i>Sites consultados .....</i>	726